



**Raio X** das  
Instituições Financeiras de  
Desenvolvimento da  
região da **Amazônia Legal**



## SUMÁRIO

<b>I. Introdução</b> .....	3
<b>II. Perfil socioeconômico dos estados</b> .....	5
1. Dados geográficos da Amazônia Legal.....	6
2. Economia e Demografia.....	6
3. Mercado de Trabalho .....	10
<b>III. Sistema Nacional de Fomento e mercado de crédito na Amazônia Legal</b> .....	13
1. Mercado de crédito na região da Amazônia Legal.....	14
2. Atuação do Sistema Nacional de Fomento na região da Amazônia Legal .....	17
2.1. Instituições Financeiras de Desenvolvimento dos estados da Amazônia Legal .....	19
2.2 Bancos federais com atuação na região da Amazônia Legal .....	22
2.3. Cooperativas de crédito com atuação na região da Amazônia Legal .....	24
<b>IV. Atuação do SNF e alinhamento com as missões do Plano ABDE 2030</b> .....	26
1. Futuro digital, inteligente e inclusivo .....	27
2. Ecossistema de inovação em bioeconomia para a Amazônia .....	29
3. Agronegócio engajado .....	31
4. Infraestrutura e cidades sustentáveis.....	34
5. Saúde como motor do desenvolvimento .....	36
6. Fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento .....	37
<b>V. O Sistema Nacional de Fomento e a Aliança pelo Financiamento da Amazônia</b> .....	40
1. Cadeias produtivas.....	41
2. Infraestrutura .....	42
3. Ciência, tecnologia e inovação.....	44
4. Soluções de financiamento .....	45
<b>VI. Considerações finais</b> .....	46
<b>V. Siglas e abreviações</b> .....	48
<b>VI. Referências bibliográficas</b> .....	50

## I. INTRODUÇÃO

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) reúne e representa todas as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) presentes no país: bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento controlados por unidades da federação, bancos cooperativos, bancos públicos comerciais estaduais com carteira de desenvolvimento, agências de fomento, além da Finep e do Sebrae. Essas instituições compõem o Sistema Nacional de Fomento (SNF), que representa 44% do crédito brasileiro, com mais de R\$ 5 trilhões em ativos em dezembro de 2022.

As 34 instituições que formam o Sistema Nacional de Fomento são:

- (i) **Bancos públicos federais**<sup>1</sup> – BNDES, BB, BNB, BASA e Caixa;
- (ii) **Bancos públicos comerciais com carteiras de desenvolvimento**<sup>2</sup> – BRB, Banestes, Banese, Banpará, Banrisul;
- (iii) **Bancos de desenvolvimento controlados por Unidades da Federação**<sup>3</sup> – BDMG, BRDE e Bandes;
- (iv) **Agências de Fomento**<sup>4</sup> – Afap, Afeam, Fomento TO, AGE, AGN-RN, Desenvolve MT, Desenvolve, Desenvolve RR, Piauí Fomento, AgeRio, GoiásFomento; Badesul, Badesc, Desenbahia, Desenvolve SP e Fomento PR;
- (v) **Bancos cooperativos** – Banco Sicoob, Sicredi e Cresol;
- (vi) **Outras instituições de fomento** – Finep e Sebrae.

Criada em 1969, a ABDE define estratégias e executa ações indutoras do SNF, tendo como meta o constante aprimoramento da atuação de seus associados, a fim de potencializar a contribuição do Sistema para o financiamento do desenvolvimento sustentável brasileiro. A Associação trabalha na capacitação das IFDs, na geração e disseminação de conhecimento sobre o SNF e temas de seu interesse, no desenvolvimento e gestão de projetos voltados ao fortalecimento do Sistema, bem como representa as instituições em mesas de debate com órgãos do governo, do setor produtivo e da sociedade, além de também promover a cooperação com parceiros internacionais e organismos multilaterais visando potencializar a atuação das IFDs no desenvolvimento sustentável.

<sup>1</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (BASA) e Caixa Econômica Federal (Caixa).

<sup>2</sup> Banco de Brasília (BRB), Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), Banco do Estado de Sergipe (Banese), Banco do Estado do Pará (Banpará), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul).

<sup>3</sup> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

<sup>4</sup> Agência de Fomento do Amapá (Afap), Agência de Fomento do Estado do Tocantins (Fomento TO), Agência de Empreendedorismo de Pernambuco (Age), Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN-RN), Agência de Fomento de Alagoas (Desenvolve), Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso (Desenvolve MT), Agência de Fomento do Estado de Roraima (Desenvolve RR), Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí (Piauí Fomento), Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio), Agência de Fomento de Goiás (GoiásFomento), Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP), Agência de Fomento do Paraná (Fomento PR), Badesul Desenvolvimento (Badesul), Agência de Fomento de Santa Catarina (Badesc).

O fortalecimento das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) da região visa integrar essas instituições na elaboração e execução de políticas públicas e das novas formas de financiamento e modelos de garantias que possam viabilizar a estruturação de projetos de desenvolvimento sustentável.

Em março de 2022, a ABDE lançou o Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável<sup>5</sup> (Plano ABDE 2030 ou Plano) que tem como objetivo intensificar a contribuição das IFDs para o cumprimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) traçadas pela Agenda 2030<sup>6</sup> da Organização das Nações Unidas (ONU). Com a aprovação dessa agenda global, em 2015, políticas públicas e ações do setor privado de vários países têm sido reorientadas para o cumprimento das metas acordadas no âmbito dos ODS, representando um esforço global que deve ganhar maior velocidade nesta “década da ação” iniciada em 2021.

Nessa linha, o Plano ABDE 2030 avalia a atuação do SNF sob a perspectiva de quatro eixos nos quais foram agrupados os 17 ODS: ambiental, social, econômico e institucional, elegendo áreas estratégicas da política de fomento visando o cumprimento da Agenda 2030, a partir da definição de cinco missões norteadoras. São elas: Futuro digital, inteligente e inclusivo; Agronegócio engajado; Infraestrutura e cidades sustentáveis; Saúde como motor do desenvolvimento e Ecossistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia. O Plano também destaca o papel relevante do SNF e fornece recomendações de políticas para o fortalecimento do arcabouço institucional e da coordenação do próprio Sistema para promoção dos ODS e da transição sustentável no Brasil.

Em linha com os objetivos do Plano ABDE 2030 e suas missões de apoio ao desenvolvimento sustentável, durante a 26ª Conferência das Nações Unidas (COP 26) a o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a ABDE lançaram a “Aliança pelo Financiamento da Amazônia”. A iniciativa busca fortalecer e organizar a rede de financiamento para o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal, além de visar o aprimoramento da coordenação dos atores, o mapeamento e a integração de iniciativas e o desenvolvimento de soluções financeiras adequadas à realidade das IFDs e de seu local de atuação. Ademais, O fomento da bioeconomia a partir do desenvolvimento das capacidades locais e o aproveitamento econômico da biodiversidade amazônica são estratégias que impactam diretamente as metas de diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

O **Raio X das Instituições Financeiras de Desenvolvimento da Região da Amazônia Legal** faz parte do esforço da iniciativa da Aliança pelo Financiamento da Amazônia e busca

<sup>5</sup> <https://abde.org.br/plano-abde-2030-apresenta-acoes-estrategicas-para-que-o-brasil-possa-atingir-os-ods/>

<sup>6</sup> A Agenda 2030, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2015, é um plano global que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, cobrindo temas urgentes para o desenvolvimento sustentável.

oferecer um panorama social e econômico regional com um olhar sobre o mercado de crédito da região, com foco na atuação das instituições do Sistema Nacional de Fomento. O presente documento está dividido em quatro partes principais:

- i. O **Perfil socioeconômico da região da Amazônia Legal**, sobre os dados da produção, mercado de trabalho e principais setores da região, que contribuem para pautar a atuação das IFDs a partir do mapeamento das necessidades locais;
- ii. O **Sistema Nacional de Fomento e o mercado de crédito na região da Amazônia Legal**, sobre as principais informações do mercado de crédito da região e da atuação das IFDs na região amazônica;
- iii. **A Atuação do Sistema Nacional de Fomento e alinhamento com as missões do Plano ABDE 2030**, sobre as cinco missões norteadoras das ações do SNF na agenda do desenvolvimento sustentável e os principais temas ligadas ao fortalecimento do Sistema.
- iv. O **Sistema Nacional de Fomento e a Aliança pelo Financiamento da Amazônia**, sobre a estrutura do projeto e a rede de financiamento para o desenvolvimento sustentável e inclusivo na região da Amazônia Legal.

O panorama que será apresentado nesse documento é base fundamental para alavancar a contribuição das instituições do SNF para o avanço da Agenda 2030, bem como para traduzir ambições globais em resultados no âmbito regional.

Assim, esse documento materializa o esforço da ABDE e do BID para gerar e disseminar conhecimento sobre IFDs e sua atuação na região da Amazônia Legal, sabendo tratar-se de um importante instrumento executor de política pública capaz de potencializar o desenvolvimento da região por meio do financiamento sustentável.

## II. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTADOS

A primeira seção do *Raio X das Instituições Financeiras de Desenvolvimento da região da Amazônia Legal* apresenta o contexto socioeconômico da região a partir das principais variáveis econômicas, demográficas e sociais. Além disso, são apresentados os dados mais recentes sobre o mercado de trabalho na região, com o objetivo de ressaltar elementos fundamentais para a economia local como o emprego e a renda.

As instituições do Sistema Nacional de Fomento possuem a missão de promover o desenvolvimento econômico e social sustentável nos locais em que atuam. Por isso, o conhecimento sobre o perfil socioeconômico da Amazônia Legal, no contexto da análise do presente documento, permite compreender os fatores determinantes que baseiam as ações e prioridades

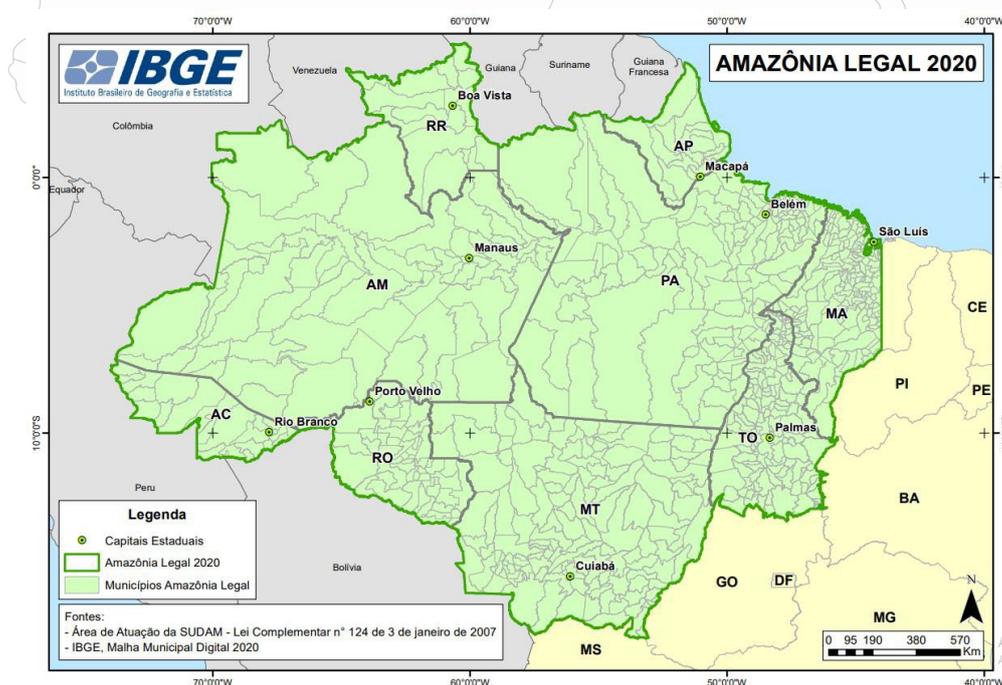
do Sistema Nacional de Fomento, além das necessidades, desafios e oportunidades que precisam ser endereçadas nas localidades em que estão inseridas.

## 1. Dados geográficos da Amazônia Legal

De acordo com o IBGE, a Amazônia Legal é definida por um recorte espacial e administrativo, que visa promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. Cabe ressaltar que a região é administrada pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e, por conta dos estados que fazem parte dela, engloba além da floresta tropical, biomas como cerrado, pantanal e alguns pequenos trechos de formações vegetais variadas. Os estados que fazem parte desse recorte são: Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Maranhão, Tocantins, Acre e Amapá.

Dessa forma, a região da Amazônia Legal compreende os territórios de todos os estados da região Norte do país, além do estado do Mato Grosso (MT) e a extensão do Maranhão (MA) a oeste do meridiano 44° W. Sua área total é de aproximadamente 5 milhões de km<sup>2</sup>, o que corresponde a quase 60% do território nacional, conforme mostra a Figura 1.

FIGURA 1 - MAPA DA AMAZÔNIA LEGAL



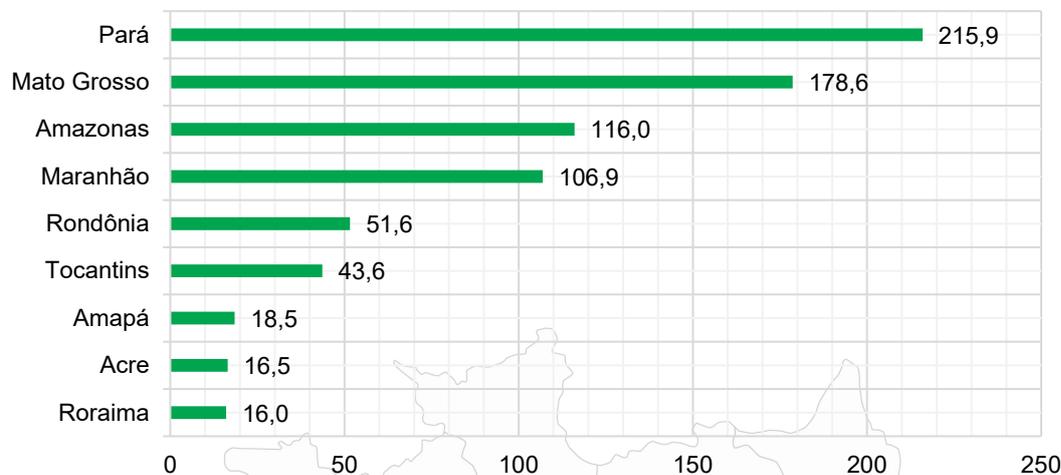
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## 2. Economia e Demografia

Para a análise da economia da região, apresenta-se os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) dos estados da região da Amazônia Legal, ilustrados no Gráfico 1. Em 2020, o

PIB brasileiro alcançou aproximadamente R\$ 7,4 trilhões, e mais de 10% tiveram origem nos estados da região Amazônica.

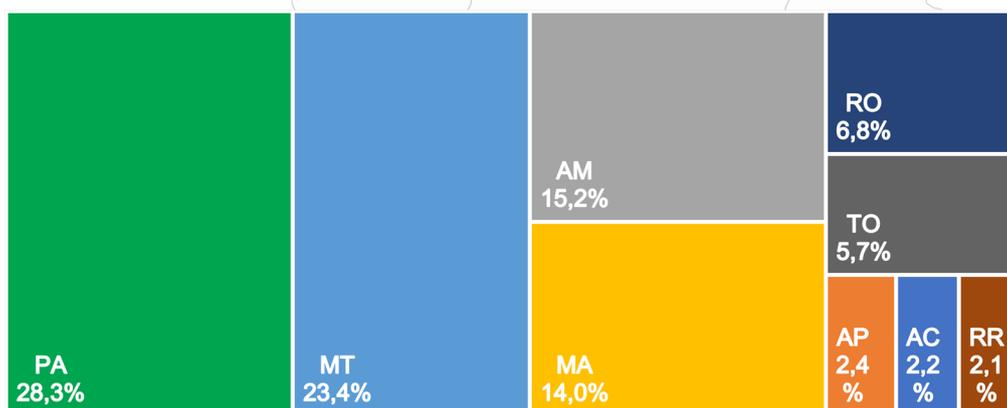
**GRÁFICO 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO DOS ESTADOS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL EM 2020 (R\$ BILHÕES)**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do SIDRA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, o Gráfico 2 mostra que a região da Amazônia Legal concentra grande parte do PIB Amazônico em apenas quatro estados. Os dados de 2020 mostram que os estados do Pará (28,3%), do Mato Grosso (23,4%), do Amazonas (15,2%) e do Maranhão (14%) concentram aproximadamente 81% do PIB da região.

**GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO PIB DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL EM 2020**

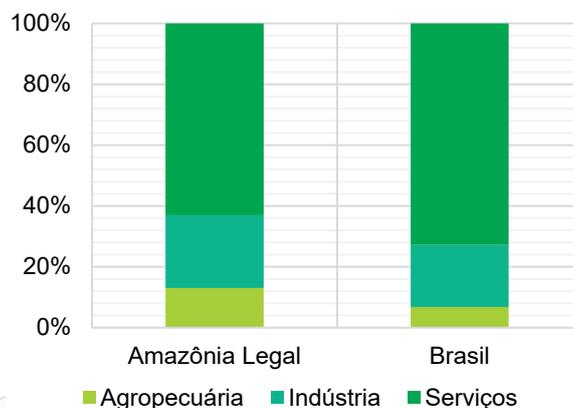


Fonte: Elaboração ABDE. Dados do SIDRA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o objetivo de comparar a participação dos grandes setores no PIB da Amazônia Legal e no território nacional, apresenta-se o Gráfico 3. Em 2020, o setor de serviços foi a principal atividade econômica, tanto no país quanto na região Amazônica, com 72,8% do PIB brasileiro e 63% do PIB da região. Em segundo lugar, a indústria apresenta participação de 23,9% em

relação ao PIB na região da Amazônia Legal, enquanto nos dados nacionais esse mesmo setor representou 20,4% do total. Por fim, a participação da agropecuária alcançou 13,1% do PIB na região amazônica em 2020, enquanto a nível nacional obteve 6,8% de participação.

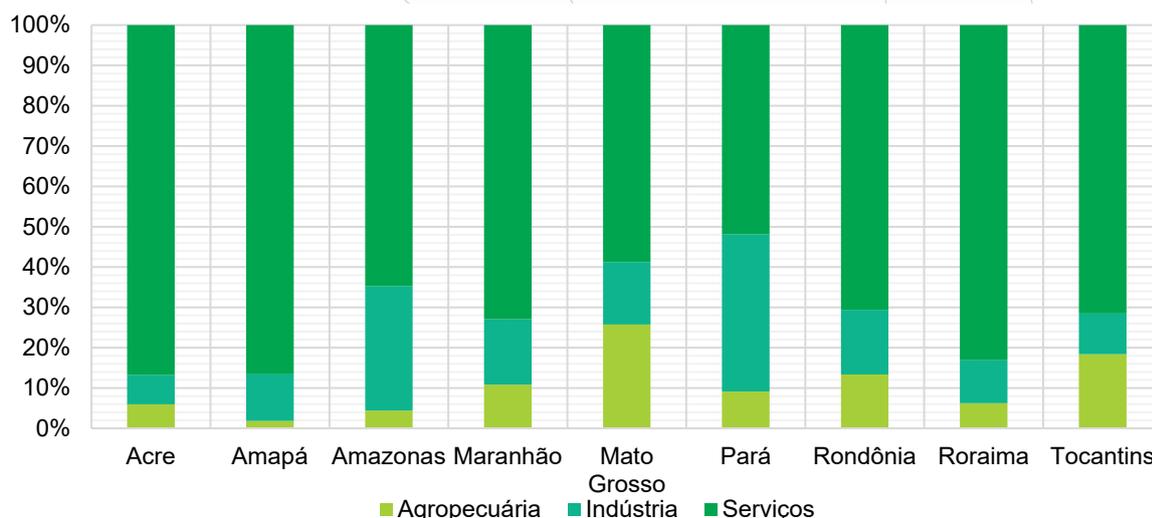
**GRÁFICO 3 – COMPOSIÇÃO DO PIB DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL E DO BRASIL EM 2020**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do SIDRA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Avaliando de forma individualizada a composição do PIB dos estados participantes da Amazônia Legal, o Gráfico 4 mostra que o setor de serviços representa mais de 50% do PIB em todos os estados, seguido pelo setor de indústria e posteriormente pela agropecuária, com exceção dos estados do Mato Grosso e do Tocantins que possuem a agropecuária como segunda setor mais importante do PIB.

**GRÁFICO 4 – COMPOSIÇÃO DO PIB DOS ESTADOS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL EM 2020**

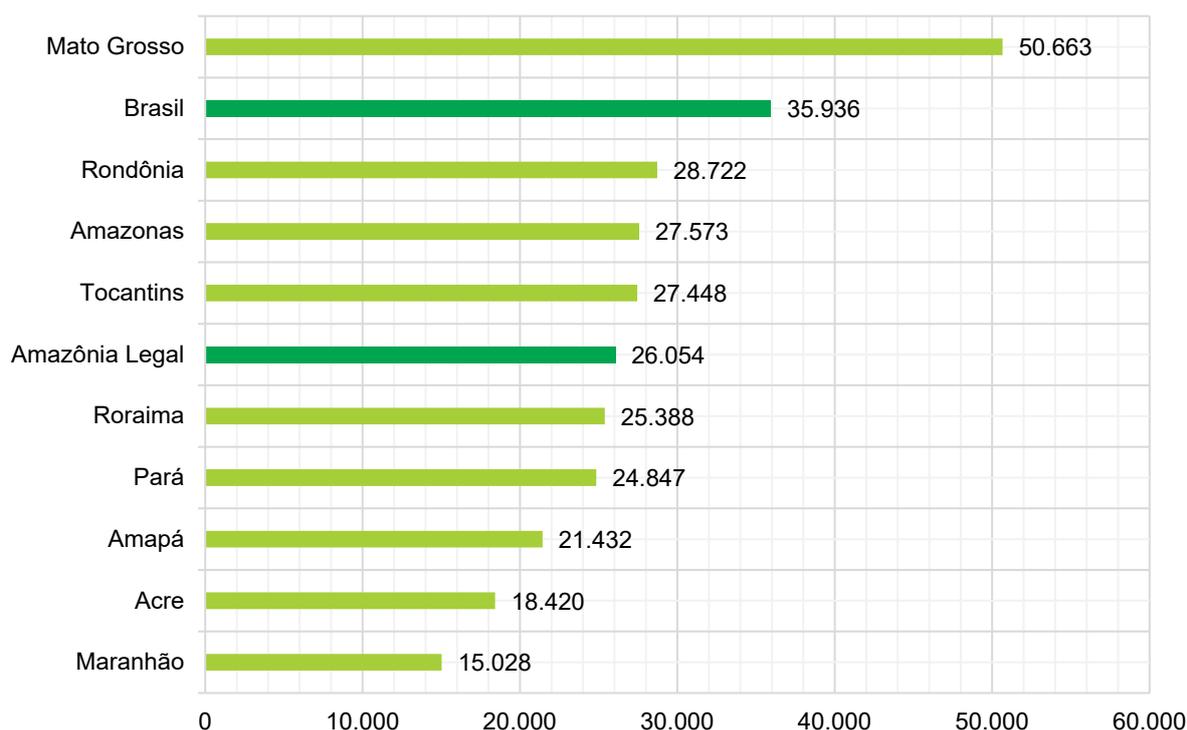


Fonte: Elaboração ABDE. Dados do SIDRA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados demográficos são importantes para analisar a economia de um estado ou região, pois a partir deles é possível avaliar a evolução da população, traçar seu perfil e identificar a maneira como ela se distribui pelo território. Segundo as estimativas prévias do Censo 2022, realizada pelo IBGE, a região da Amazônia Legal possui 28,4 milhões de habitantes, representando aproximadamente 13,7% da população brasileira.

Nesse sentido, o PIB per capita oferece uma medida de renda média dos estados em relação à sua população, representando o valor médio agregado por indivíduo dos bens e serviços finais produzidos no país. Em 2020, o PIB per capita brasileiro foi de R\$ 35.936, enquanto o PIB per capita da região da Amazônia Legal foi de R\$ 26.054. O Gráfico 5 mostra que, entre os estados da região, o maior PIB per capita foi o do Mato Grosso, com um valor de R\$ 50.663, aproximadamente 41% superior à média nacional, enquanto o menor PIB per capita foi o do estado do Maranhão, com um valor de R\$ 15.028, 58% inferior à média nacional e 42,3% inferior à média da região Amazônica.

**GRÁFICO 5 – PIB PER CAPITA DOS ESTADOS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL E DO BRASIL EM 2020**

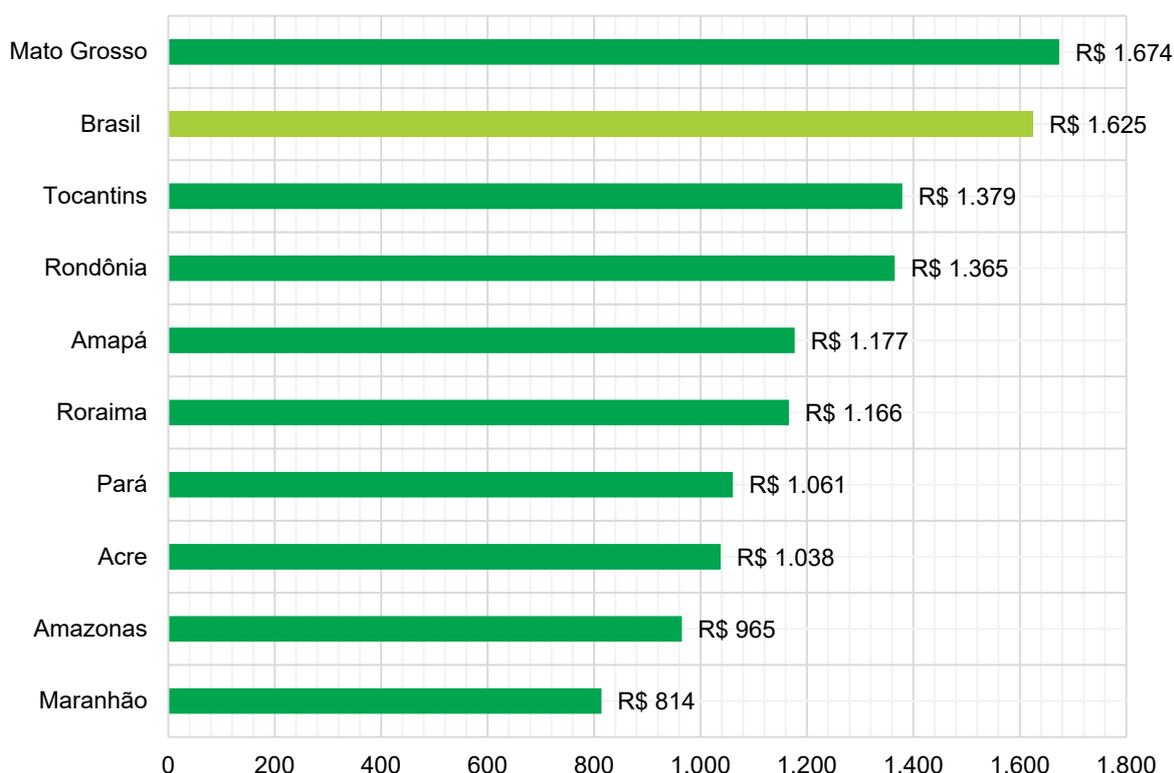


Fonte: Elaboração ABDE. Dados do SIDRA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### 3. Mercado de Trabalho

A fim de entender o real contexto de renda da população da região da Amazônia Legal, que não pode ser totalmente compreendida pelo PIB per capita, faz-se necessária a análise de outros indicadores, como o rendimento domiciliar per capita. Em 2022, apenas o estado do Mato Grosso teve rendimento nominal mensal domiciliar per capita superior à média brasileira de R\$ 1.625. O Gráfico 6 apresenta os valores por estado e o consolidado nacional.

**GRÁFICO 6 – RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA DOS ESTADOS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL E DO BRASIL EM 2022**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua de 2022, Painel PNADC, IBGE

A renda de um indivíduo ou domicílio é determinada por vários fatores, sendo o principal deles, na maioria dos casos, o rendimento proveniente do trabalho. Dessa maneira, é relevante analisar os dados de mercado de trabalho da região, de forma a elucidar quais são as condições do principal espaço de geração de renda da população da região da Amazônia Legal.

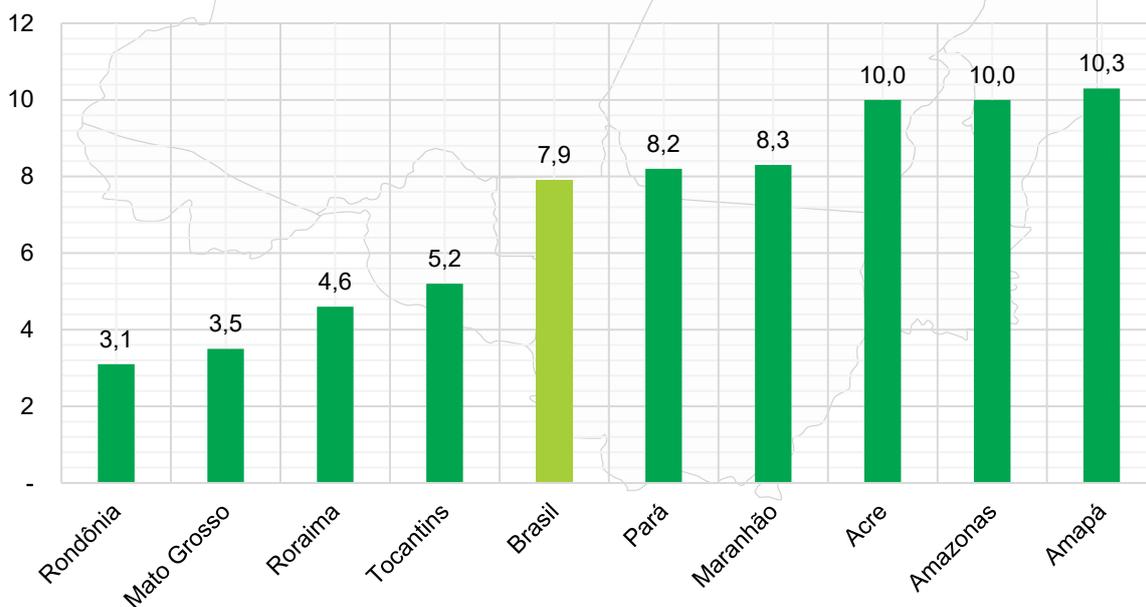
A partir da lógica do estudo “Análise do Mercado de Trabalho”, realizado pelo IPEA, uma das principais medidas para a análise do mercado de trabalho é o indicador de população ocupada, que se refere a todas as pessoas em idade de trabalho (14 anos ou mais) que, no período de referência da pesquisa, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho

remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.).

Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2022, na região Norte<sup>7</sup>, a população na força de trabalho, no primeiro trimestre de 2023, era de aproximadamente 14,6 milhões de pessoas, das quais quase 8,8 milhões se encontravam ocupadas, apresentando uma taxa de desocupação de 8,1%, acima da taxa de desocupação geral do país, de 7,9%.

O Gráfico 7 abaixo mostra a porcentagem da população em idade de trabalho que se encontra ocupada no Brasil e nos estados da região Amazônica, no quarto trimestre de 2022. Observa-se que Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Roraima são os estados com os melhores indicadores de desocupação da região, com menos de 6% da força de trabalho desocupada cada, enquanto os demais estados região apresentam taxas de desocupação superiores à média nacional.

**GRÁFICO 7 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO DOS ESTADOS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL E DO BRASIL, NO QUARTO TRIMESTRE DE 2022 (%)**



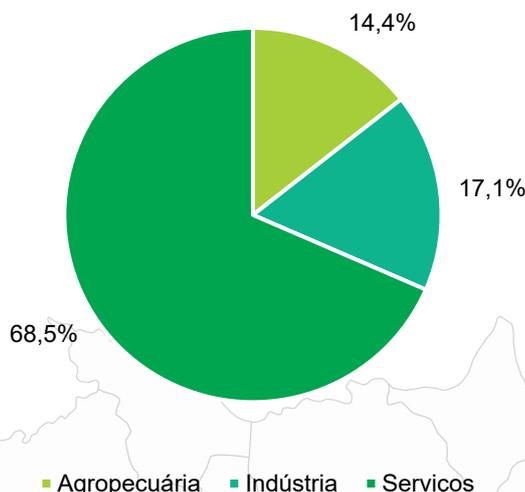
Fonte: Elaboração ABDE. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua de 2022, Painel PNADC, IBGE

Para uma análise mais aprofundada da economia e o mercado de trabalho regional, torna-se relevante observar, por meio dos dados do IBGE, a alocação da população ocupada por setor de atividade, dados que estão ilustrados no Gráfico 8 abaixo. Nota-se que o setor de Serviços (68,5%) é predominante na região, com mais da metade da população ocupada trabalhando nesse setor, em 2022. O segmento de Indústria é o segundo com maior representação,

<sup>7</sup> O recorte da região Norte não conta com os estados do Maranhão e do Mato Grosso. Ambos fazem parte da Amazônia Legal.

alocando 17,1% das pessoas ocupadas. Por fim, a agropecuária empregava 14,4% da população ocupada em 2022.

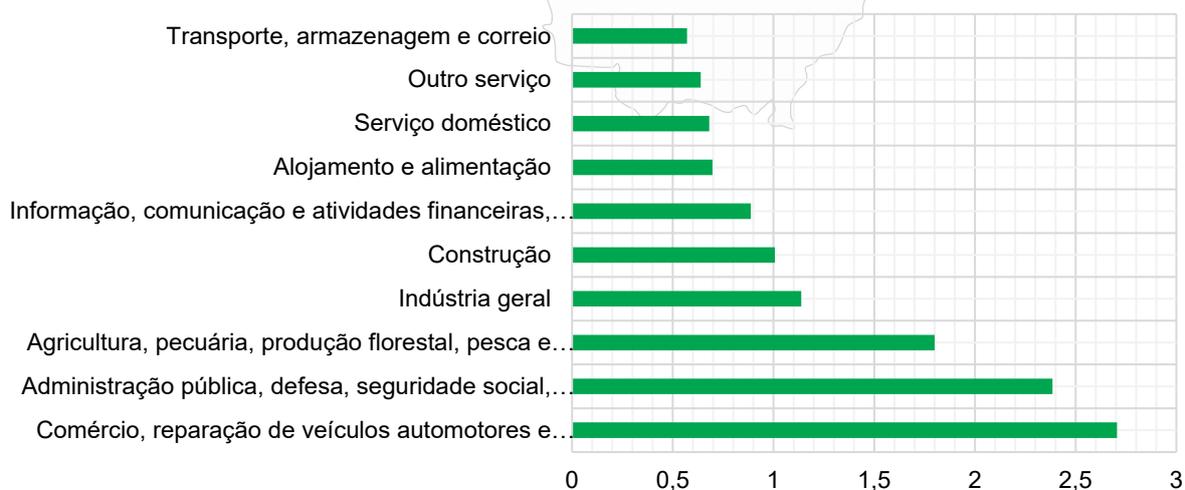
**GRÁFICO 8 – POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR PARA A REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL EM 2022 (%)**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do SIDRA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Observando a população ocupada em agrupamentos de atividade econômica, verifica-se que o comércio, a administração pública e a agropecuária são os setores que mais empregaram na região da Amazônia Legal em 2022. Os dados sobre alocação da população ocupada em grupos de atividade econômica na região, em 2022, estão ilustrados no Gráfico 9.

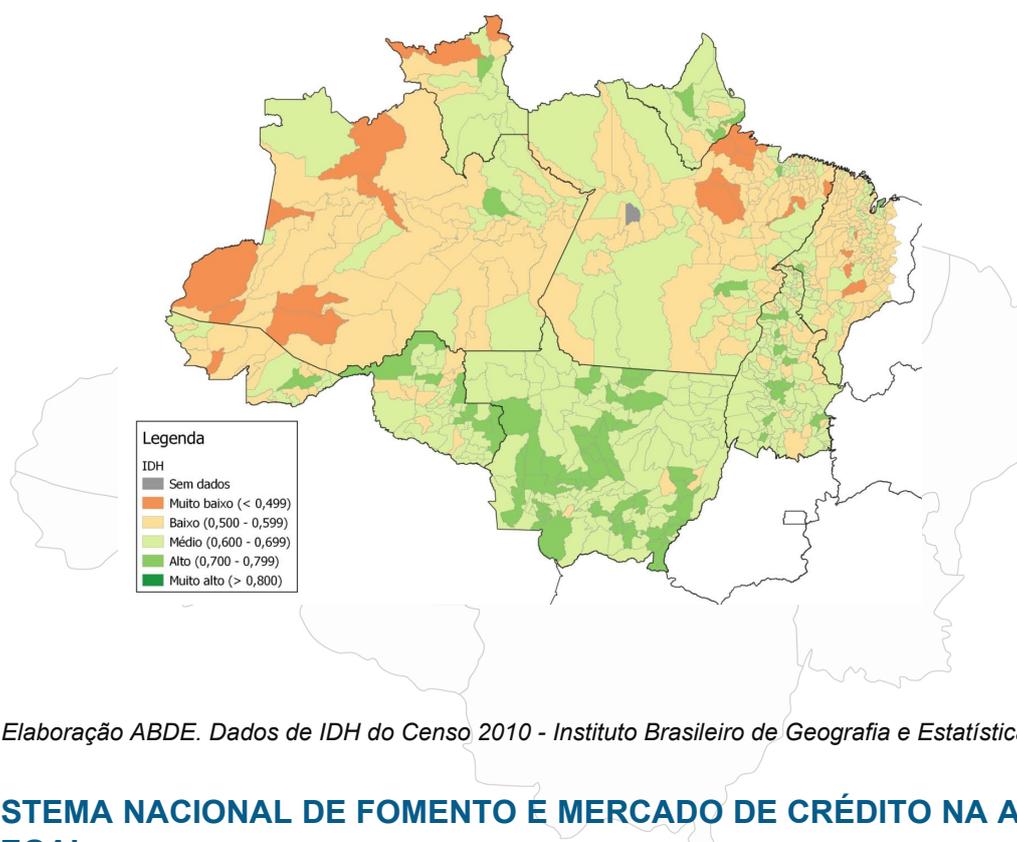
**GRÁFICO 9 – POPULAÇÃO OCUPADA NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL, SEGUNDO AGRUPAMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA EM 2022 (EM MILHÕES)**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do SIDRA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por último, analisa-se o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo IBGE no Censo de 2010. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O índice oferece um contraponto a outros indicadores tradicionais, que consideram apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. A Figura 2 apresenta o índice de desenvolvimento humano calculado pelo IBGE em 2010 para todos os municípios da região da Amazônia Legal. Atualmente, nenhum município da região apresenta IDH superior a 0,8, considerado muito alto pela ONU.

FIGURA 2 – MAPA DE MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL DE ACORDO COM O IDH - 2010



Fonte: Elaboração ABDE. Dados de IDH do Censo 2010 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

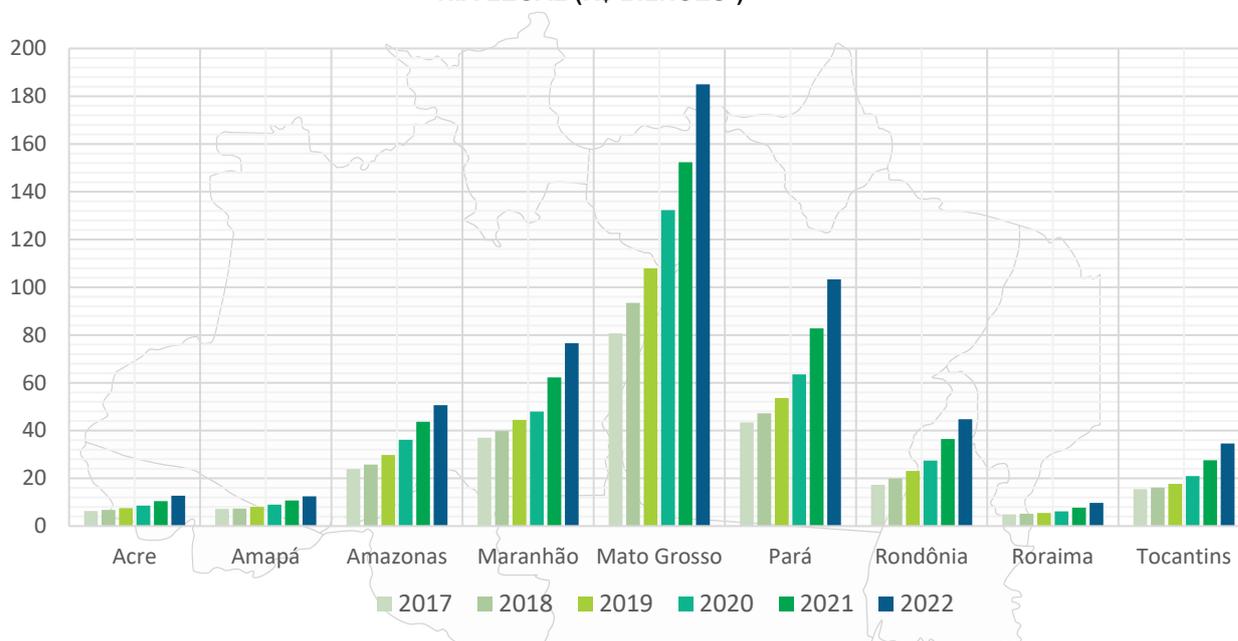
### III. SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO E MERCADO DE CRÉDITO NA AMAZÔNIA LEGAL

Após promover a compreensão do público consumidor das Instituições Financeiras de Desenvolvimento, o presente documento se propõe a discutir as principais características do mercado de crédito regional, principalmente no que se refere à atuação das instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF) associadas da ABDE. Com esse objetivo, essa seção apresentará os principais dados do mercado de crédito da região e do SNF, contextualizando as instituições do Sistema, que tem em seu mandato o desenvolvimento sustentável, inclusivo e inovador da região da Amazônia Legal.

## 1. Mercado de crédito na região da Amazônia Legal

A carteira de crédito das instituições financeiras públicas e privadas que atuam na região da Amazônia Legal totalizou R\$ 529,8 bilhões em dezembro de 2022, o que representa aproximadamente 9% do total do Sistema Financeiro Nacional. No Gráfico 10, é possível observar a evolução do crédito para a região desde 2017, com destaque para o crescimento acentuado especialmente após a crise da Covid-19. Desde 2019, ano que marcou o início da pandemia, a carteira de crédito para a região da Amazônia Legal cresceu 78%, representando R\$ 232 bilhões de recursos adicionais para a região.

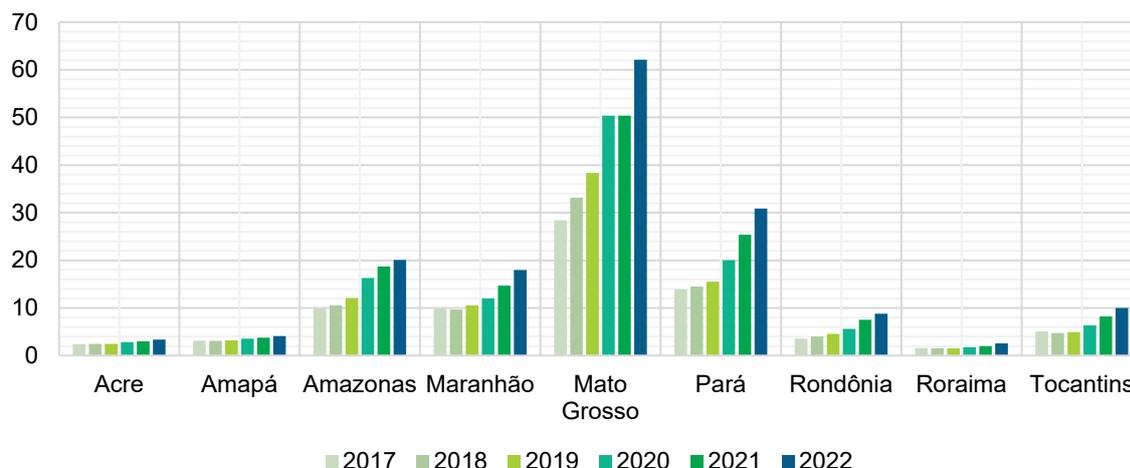
**GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO TOTAL DOS ESTADOS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL (R\$ BILHÕES\*)**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (SCR.data).  
\*Dados de dezembro de cada ano.

O crédito para pessoa jurídica da região da Amazônia Legal registrou o total de R\$ 159,9 bilhões em dezembro de 2022, com participação de 30% da carteira de crédito da região. Assim como o crédito geral, o crédito para empresas também apresentou forte crescimento a partir da crise da Covid-19, alcançando um aumento de 71,5% entre 2019 e 2022. A evolução pode ser verificada no Gráfico 11 abaixo.

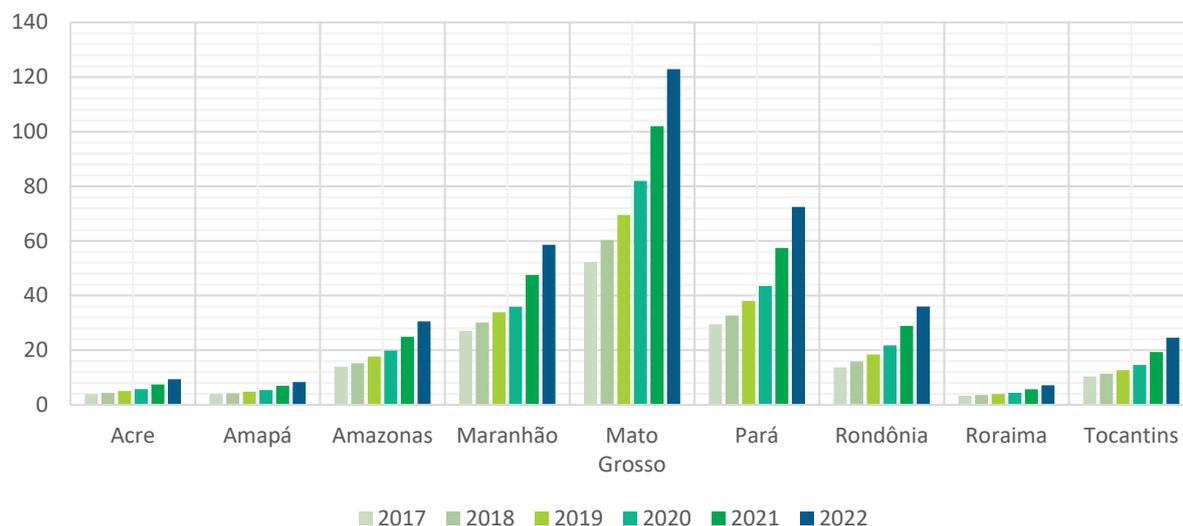
**GRÁFICO 11 – CARTEIRA DE CRÉDITO PARA EMPRESAS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL (R\$ BILHÕES\*)**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (SCR.data).  
 \*Dados de dezembro de cada ano.

Já o crédito para pessoas físicas na região registrou o total de R\$ 369,9 bilhões em dezembro de 2022 e atualmente representa 70% do total da carteira de crédito. O crédito direcionado para pessoas físicas cresceu de 81,1% entre os anos de 2019 e 2022, evolução apresentada no Gráfico 12.

**GRÁFICO 12 – CARTEIRA DE CRÉDITO PARA PESSOAS FÍSICAS NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL (R\$ BILHÕES\*)**

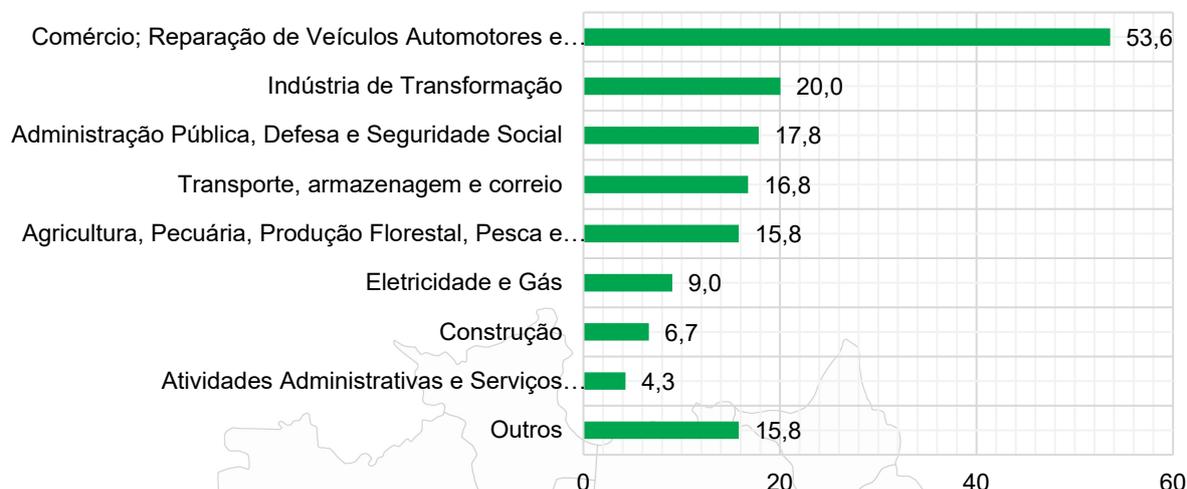


Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (SCR.data).  
 \*Dados de dezembro de cada ano.

Com relação à carteira de crédito para empresas por setor econômico, o Gráfico 13 mostra que os principais setores na carteira da região da Amazônia Legal, em dezembro de 2022, foram: (i) Comércio, com volume de R\$ 53,6 bilhões; (ii) Indústria de transformação, destino

de R\$ 20 bilhões; e (iii) Administração Pública, que totalizou R\$ 17,8 bilhões. Somados, esses três setores representam 57,2% do crédito total para empresas na região Amazônica.

**GRÁFICO 13 – CARTEIRA DE CRÉDITO ATIVA DA PESSOA JURÍDICA POR SETOR DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL, EM DEZEMBRO DE 2022 (R\$ BILHÕES)**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (SCR.data).

A inclusão financeira da população e o acesso a canais de atendimentos bancários também são tópicos importantes quando se traça o perfil do mercado de crédito da região, uma vez que a inclusão bancária é um fator fundamental para o acesso ao crédito. De acordo com os dados do Banco Central, a região da Amazônia Legal possui a segunda menor taxa de inclusão bancária entre as regiões do país, com mais de 10% de sua população sem acesso à rede bancária ou postos de atendimento. Nesse sentido, ainda há muito a avançar no acesso da população da região Amazônica aos serviços financeiros e creditícios no cenário nacional, como demonstra a Tabela 2.

**TABELA 2 – POPULAÇÃO DESBANCARIZADA NO BRASIL EM 2020**

	Região	Total	% da população total desbancarizada
Número de pessoas sem acesso a agências bancárias e postos de atendimento	Norte	158.561	10%
	Nordeste	1.100.181	68%
	Sudeste	274.061	17%
	Sul	27.651	2%
	Centro-Oeste	67.044	4%
	Brasil	1.627.498	

Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Relatório de Cidadania Financeira do Banco Central.

## 2. Atuação do Sistema Nacional de Fomento na região da Amazônia Legal

De acordo com os dados do Banco Central para setembro de 2022, as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) representam 37% dos ativos do mercado de crédito nacional e 44% do crédito total da economia brasileira, alcançando mais de 48 milhões de clientes. Em linha com seu mandato de promoção do desenvolvimento, essas instituições são responsáveis por 73% da carteira de crédito de longo prazo e por 97% dos financiamentos a municípios brasileiros. Por esse retrato, é possível verificar a relevância dessas instituições para o avanço das agendas de sustentabilidade por meio do financiamento a setores, segmentos e objetivos estratégicos para o Brasil. A Tabela 3 resume alguns dois principais números do Sistema Nacional de Fomento.

TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO DO SNF NO MERCADO DE CRÉDITO EM DEZEMBRO DE 2022

Indicador	Volume	% no Sistema Financeiro
<b>Ativo</b>	R\$ 4,9 trilhões	36%
<b>Patrimônio Líquido</b>	R\$ 423 bilhões	33%
<b>Carteira de Crédito</b>	R\$ 2,3 trilhões	40%
<b>Número de Clientes</b>	50,5 milhões	19,7%

Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (IF.data).

A presença do SNF no mercado de crédito reduz lacunas de financiamento para setores e modalidades em que o setor privado tem menor interesse em investir, por apresentarem maior risco e/ou menor rentabilidade, mas que possuem externalidades positivas para o desenvolvimento. Uma lista não exaustiva de exemplos incluiria as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), o setor público, a habitação popular, o setor rural e agropecuário e a infraestrutura social e urbana.

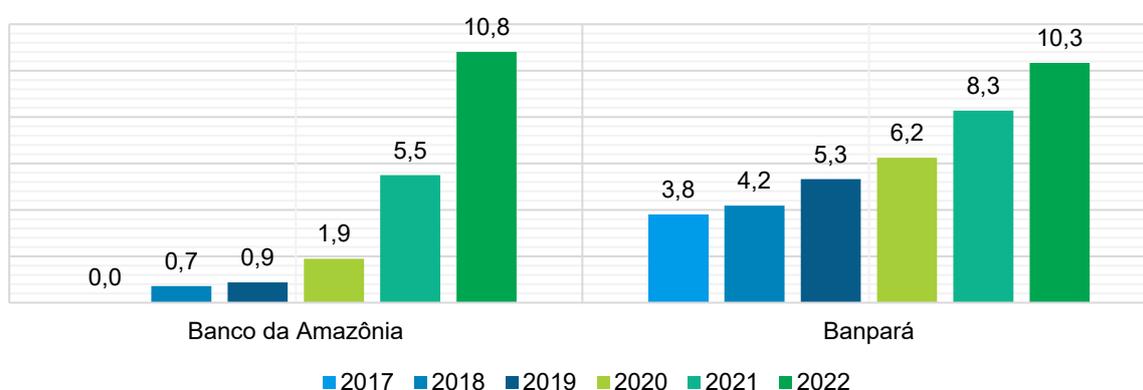
Além dos listados acima, o SNF atua com destaque viabilizando projetos por meio do fomento aos setores nos quais os projetos têm maior prazo e requerem maior volume de financiamento, a exemplo de áreas ligadas a inovações tecnológicas, matriz energética, transporte e telecomunicação. Ainda, o SNF é um importante instrumento de política anticíclica, contribuindo para desempenhar recursos em momentos de reversão do estado de confiança, sendo fundamental para a resiliência e recuperação dos setores produtivo e financeiro.

Observa-se que as instituições do SNF estão posicionadas estrategicamente no mercado de crédito, têm *expertise* e vocação no financiamento a projetos de longo-prazo, e alto grau de heterogeneidade que permite diferentes formas e níveis de atuação. É importante mencionar que o Sistema possui grande capilaridade em todo território nacional. Essa capacidade,

combinada com o alinhamento natural entre a sua atuação e a agenda de desenvolvimento sustentável, inclusivo e inovador, torna o SNF um ator-chave para o avanço da agenda da sustentabilidade e o desenvolvimento da região da Amazônia Legal.

Sabendo da importância do SNF no acesso ao crédito da região Norte, o Gráfico 14 mostra a evolução da participação de dois dos maiores bancos do sistema situados na região da Amazônia Legal, que são o Banpará e Banco da Amazônia. Observando o gráfico, pode-se avaliar que entre dezembro de 2019, ano marcado pela pandemia, e dezembro de 2022, suas carteiras de crédito aumentaram de forma significativa.

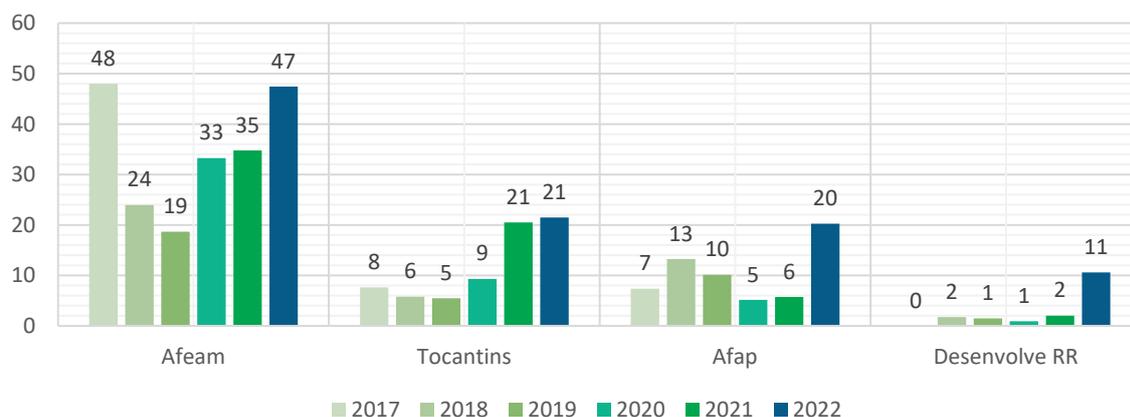
**GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DOS BANCOS NA REGIÃO NORTE (R\$ BILHÕES\*)**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (SCR.data).  
\*Dados de dezembro de cada ano.

Além disso, destaca-se o desempenho das Agências de Fomento atuantes na região da Amazônia Legal. O Gráfico 15 traz a evolução da carteira individualizada, e demonstra que, em dezembro de 2022, as Agências de Fomento apresentaram seus maiores valores de carteira de crédito, exceto a Afeam.

**GRÁFICO 15 – EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DAS AGÊNCIAS ASSOCIADAS NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL (R\$ MILHÕES\*)**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (SCR.data).  
\*Dados de dezembro de cada ano.

Atuam na região amazônica 14 (quatorze) instituições do Sistema Nacional de Fomento, dentre elas bancos federais, bancos públicos comerciais com carteira de desenvolvimento, agências de fomento e sistemas cooperativos. As instituições subordinadas aos estados da região são a Agência de Desenvolvimento de Roraima (Desenvolve RR), Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso (Desenvolve MT), Agência de Fomento do Estado de Tocantins (Fomento), Agência de Fomento do Estado do Amapá (Afap), Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam) e o Banco do Estado do Pará (Banpará).

Algumas instituições federais possuem atuação relevante na região, a exemplo do Banco da Amazônia (Basa), o Banco do Brasil (BB), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (Caixa), o Banco do Nordeste (BNB), além de bancos cooperativos como o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol).

## 2.1. Instituições Financeiras de Desenvolvimento dos estados da Amazônia Legal

Seis estados da Amazônia Legal contam com suas próprias IFDs, são eles: Roraima (Desenvolve RR), Mato Grosso (Desenvolve-MT), Tocantins (Fomento TO), Amapá (Afap), Amazonas (Afeam) e Pará (Banpará). Com exceção do Banpará, que é um banco comercial com carteira de desenvolvimento, as outras cinco instituições são classificadas como Agências de Fomento, isto é, instituições financeiras não bancárias que atuam no financiamento de longo prazo para projetos e investimentos, principalmente junto a micro e pequenas empresas.

- A **Agência de Desenvolvimento de Roraima (Desenvolve RR)**, atua no fomento econômico do estado de Roraima, promovendo a criação de emprego e renda, estimulando a modernização das estruturas econômicas e sociais, aumentando a competitividade empresarial e reduzindo os desequilíbrios econômicos e sociais do estado. A instituição, atualmente, investe e financia atividades ligadas ao empreendedorismo e ao agronegócio familiar e indígena.
- A **Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso (Desenvolve MT)** opera como instrumento de execução da política de investimento do Estado de Mato Grosso e tem por objetivo social contribuir para a aceleração do desenvolvimento sustentável do Estado, estimulando a realização de investimentos, a criação de empregos e renda, a modernização das estruturas produtivas, o aumento da competitividade estadual e a redução das desigualdades sociais e regionais. Nos últimos anos, a instituição desenvolveu novas linhas de financiamento para projetos e atividades sustentáveis no

estado e gerando maior economia para as empresas que adotam o modelo de geração de energia renovável.

- A **Agência de Fomento do Estado do Tocantins**, tem por objeto social o financiamento de projetos de desenvolvimento, exclusivamente, no Estado do Tocantins e que promovam benefícios econômicos e/ou sociais às áreas de sua influência, em consonância com o Plano do Governo e levando em consideração as necessidades e potencialidades locais. A Fomento TO direciona recursos para o apoio às MPMEs do estado, buscando expandir o acesso ao crédito de setores ligados ao turismo, à agropecuária, à inovação e ao empreendedorismo.
- A **Agência de Fomento do Amapá (Afap)** tem como objetivo financiar as atividades produtivas do estado do Amapá, prestar garantias, prestar serviços de consultoria de agente financeiro e administrar os fundos de desenvolvimento do artesanato e do setor primário do estado. Atualmente, a área de atuação da agência abrange 83,3% da população e o público atendido se enquadra no grupo de micro finanças que são pessoas de baixa renda ou pequenos e microempreendedores formais ou informais. A importância da Afap na economia amapaense está em desenvolver no mercado local que apresenta uma elevada taxa de informalidade e muitas empresas de pequeno porte chegando a 98,5% de toda a economia.
- A **Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam)**, atua na promoção do desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, por meio de financiamento às atividades produtivas, proporcionando a geração de ocupação e renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense.
- O **Banpará** é o banco do Estado do Pará e possui a missão de promover o desenvolvimento econômico e social do estado. A presença do Banpará em quase todos os municípios do Estado é uma forma de fomentar e dinamizar as economias locais, com serviços que atendem a realidade de cada atividade econômica. O Banpará visa o fortalecimento da economia, promover a inclusão bancária e contribuir para reduzir as desigualdades sociais do estado.

O Gráfico 16 apresenta o volume financeiro disponível na carteira das seis instituições controladas pelos estados, e demonstra evolução das suas carteiras de crédito. É possível observar que apesar da pandemia da covid-19, os patamares e a tendência de crescimento se mantiveram para os anos posteriores onde, em dezembro de 2022, as seis instituições destacadas somaram R\$ 10,7 bilhões na carteira de crédito, valor que representa quase o dobro do observado no período pré-pandemia.

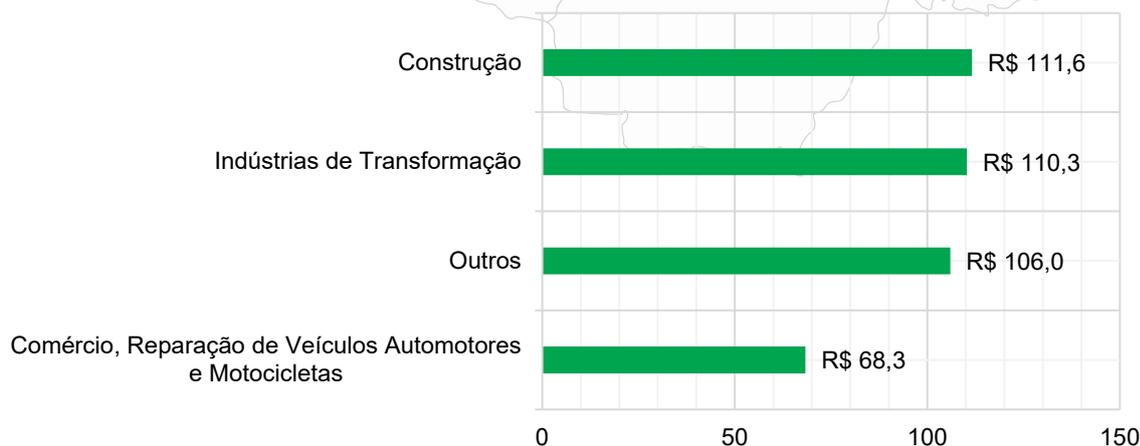
**GRÁFICO 16 – CARTEIRA DE CRÉDITO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO E BANCOS ESTADUAIS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL (R\$ BILHÕES\*)**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (IF.data).  
\*Dados de dezembro de cada ano.

Além da carteira de crédito, destaca-se que as instituições financeiras de desenvolvimento estaduais da região da Amazônia Legal somam mais de 215,7 mil clientes e 607,4 mil operações em carteira. O Gráfico 17 mostra as principais atividades econômicas financiadas por essas instituições, sendo elas: Construção e Indústria de Transformação, com, respectivamente, R\$ 111,6 milhões e R\$ 110,3 milhões de recursos na carteira.

**GRÁFICO 17 – CARTEIRA DE CRÉDITO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO E BANCOS ESTADUAIS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL POR SETOR, EM DEZEMBRO DE 2022 (R\$ MILHÕES)**

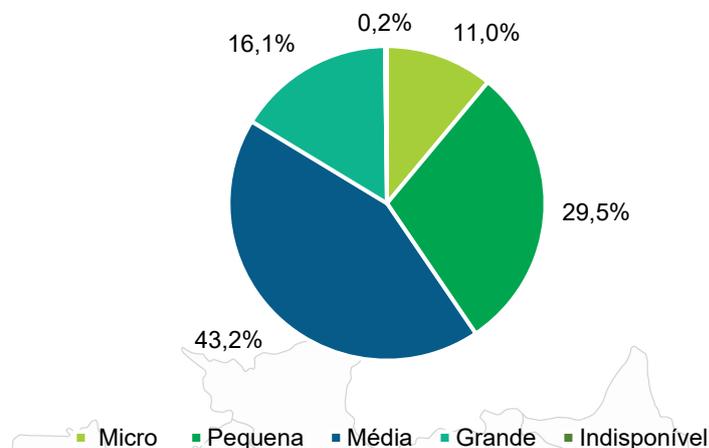


Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (IF.data).

Por fim, o Gráfico 18 ilustra a divisão da carteira de crédito das instituições subordinadas aos estados por porte. As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) representam 83,7% da

carteira dessas instituições, evidenciando o papel fundamental das IFDs estaduais no acesso ao crédito na região da Amazônia Legal.

**GRÁFICO 18 – PERCENTUAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO E BANCOS ESTADUAIS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL POR PORTE EM DEZEMBRO DE 2022**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (IF.data).

## 2.2 Bancos federais com atuação na região da Amazônia Legal

A região Amazônica conta com a presença de cinco bancos federais: Banco da Amazônia (Basa), Banco do Brasil (BB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB) e a Caixa Econômica Federal (Caixa). Cada uma dessas instituições tem sua importância no desenvolvimento da região e atua em segmentos específicos.

- O **Banco da Amazônia** tem o papel de agente financeiro de política pública para o desenvolvimento da Amazônia. Além disso, a instituição é gestora do Fundo Constitucional do Norte (FNO) que, segundo relatório do próprio Banco da Amazônia, tem como foco a promoção do desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica em bases sustentáveis, valorizando as potencialidades regionais através de ações estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e redução das desigualdades intra e inter-regionais, objetivos que permanecem e vêm sendo aprimorados ao longo do tempo, consolidando o Banco da Amazônia não só institucionalmente, mas por toda a sociedade, como o principal banco de fomento da Amazônia.
- O **BNDES** ainda que seja um banco com atuação nacional, possui um portfólio de destaque na região da Amazônia Legal, especialmente em projetos de infraestrutura, financiamento à inovação, à agropecuária e às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), tendo por missão a promoção do desenvolvimento sustentável, competitivo

e regional, com geração de emprego e redução das desigualdades. O Banco atua como gestor do Fundo Amazônia, fundo esse que foi constituído para receber doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, de conservação e de uso sustentável da Amazônia Legal e, para cumprir seus objetivos, o fundo apoia projetos nas seguintes áreas: Gestão de Florestas Públicas e Áreas Protegidas; Controle, monitoramento e fiscalização ambiental; manejo florestal sustentável; Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação; Zoneamento ecológico-econômico (ZEE), ordenamento setorial e regulação fundiária; Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e recuperação de áreas desmatadas.

- O **Banco do Brasil**, por sua vez, tem um importante papel em aumentar a capilaridade do crédito na região. A instituição é chave para o desenvolvimento regional, especialmente por meio de sua atuação no segmento agropecuário e no fomento à microempresendores com linhas e programas de microcrédito. Uma das diretrizes do banco voltada para a região da Amazônia Legal é a de apoiar a estratégia nacional de redução das taxas de desmatamento através de Planos Governamentais de combate ao desmatamento, como é o caso do Plano de Ação para Prevenção e controle do Desmatamento na Amazônia Legal.
- O **Banco do Nordeste**, além de ser agente financeiro das políticas públicas do governo federal na região Nordeste, também atua na região da Amazônia Legal por sua atuação no estado do Maranhão. Segundo o BNB<sup>8</sup>, a instituição está presente nos 217 municípios do estado e apoia diretamente a execução de políticas públicas de fortalecimento e estruturação de cadeias produtivas e empreendimentos e ampliação da concessão de crédito para setores prioritários, como turismo, infraestrutura, agroindústria, indústria, irrigação, energias renováveis e agricultura de baixa emissão de carbono.
- A **Caixa Econômica Federal** atua como um instrumento central para gestão de políticas e programas sociais do país. Assim como o Banco do Brasil, a Caixa está presente em grande parte dos municípios de menor porte da região da Amazônia Legal e, por sua capilaridade, consegue desenvolver uma política de inclusão bancária. Além disso, a Caixa atua como importante financiador de projetos de infraestrutura pública e financiamentos de longo prazo voltados para a para construção civil.

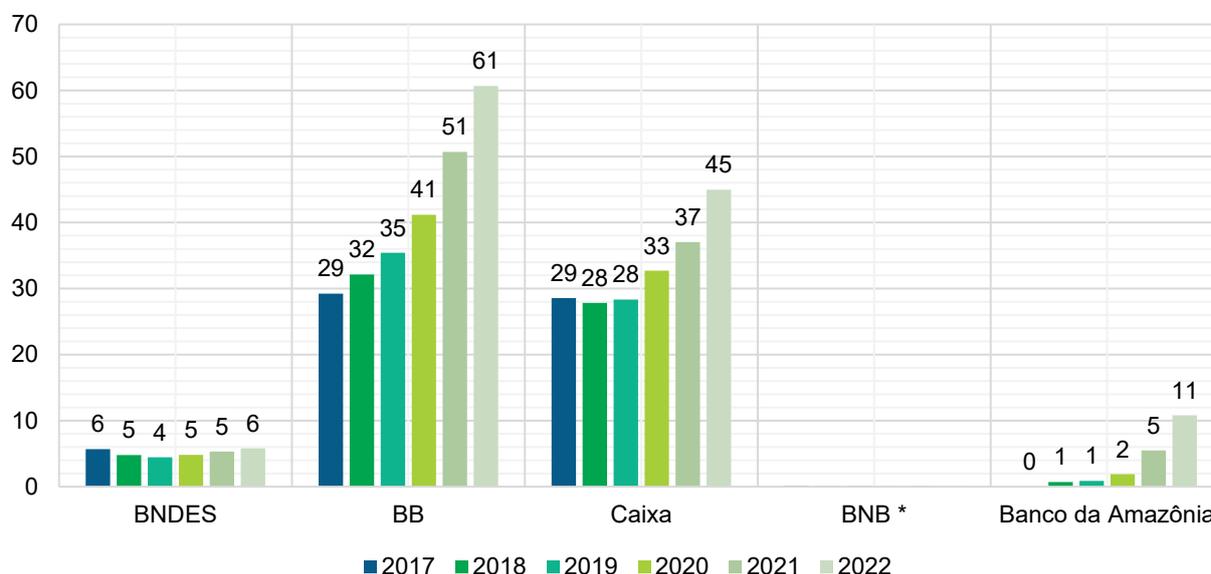
Em dezembro de 2022, a carteira de crédito dos bancos federais na região Norte alcançou R\$ 122,3 bilhões. Conforme apresentado pelo Gráfico 20, o Banco do Brasil é a instituição federal com a maior participação na carteira da região (49,6%), seguido pela Caixa

---

<sup>8</sup> BNB – “Banco do Nordeste e Sedepe assinam acordo para ampliação de acesso ao crédito no Maranhão” São Luís (MA), 16/12/2022

Econômica Federal (36,8%) e pelo Banco da Amazônia (8,8%). Percebe-se também que a carteira de crédito na região sofreu forte expansão em reação à crise econômica causada pela Covid-19, alcançando um crescimento de 76,9% no período entre 2019 e 2022.

**GRÁFICO 20 – CARTEIRA DE CRÉDITO DOS BANCOS FEDERAIS NA REGIÃO NORTE (R\$ BILHÕES\*)**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (IF.data).  
\*Dados de dezembro de cada ano.

### 2.3. Cooperativas de crédito com atuação na região da Amazônia Legal

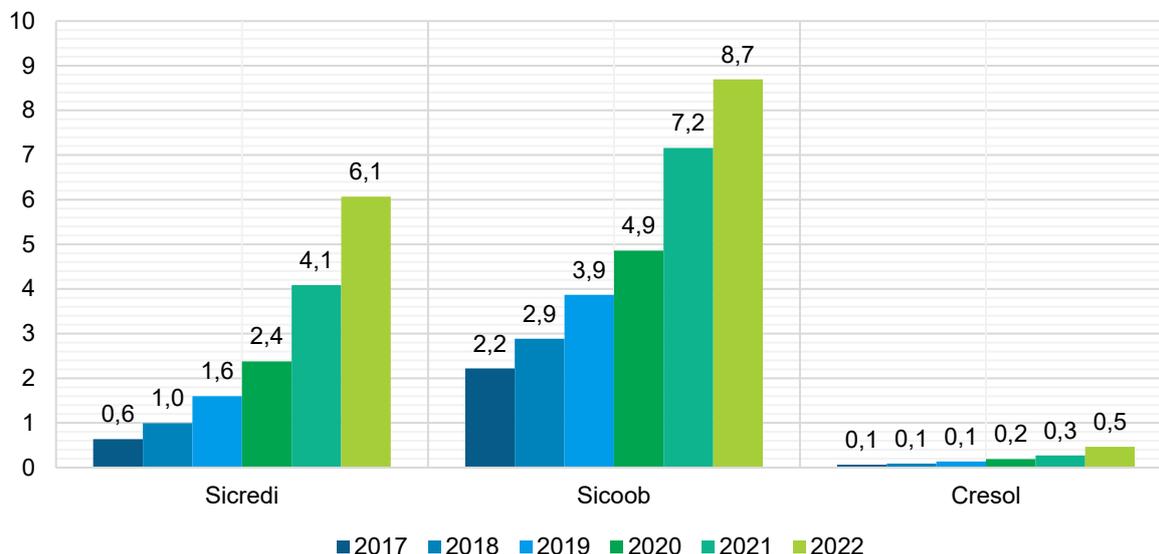
Ao longo das últimas décadas as cooperativas de crédito<sup>9</sup> espalharam-se pelo Brasil e pelos estados da Amazônia Legal. De acordo com o Panorama do sistema nacional de crédito cooperativo, elaborado pelo Banco Central, em 2019, as cooperativas de crédito já atendem cerca de 20% das cidades e 1,4% da população da região Norte. As cooperativas se destacam no apoio às micro, pequenas e médias empresas, além das pessoas físicas, com ênfase nos produtores rurais.

Além disso, segundo os dados do Banco Central, as carteiras de crédito das três principais cooperativas (Sicredi, Sicoob e Cresol) na região Norte totalizaram R\$ 15,2 bilhões em dezembro de 2022. No Gráfico 21, é possível observar a evolução da carteira na região desde 2017, com crescimento acentuado especialmente após a crise da Covid-19. Desde a crise econômica causada pela pandemia, a carteira de crédito das cooperativas na região Norte mais do que duplicou, acumulando um aumento de 270% no volume de crédito. Também é

<sup>9</sup> Segundo o Banco Central, as cooperativas de crédito são instituições financeiras formadas pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>  
\* Como citado anteriormente, o Banco do Nordeste aparece no estudo devido à participação do estado do Maranhão na região da Amazônia Legal. No entanto, em nenhum dos anos avaliados, o banco apresentou representatividade acima de 0,2% do volume total, o que acaba desaparecendo quando comparado com os demais bancos federais atuantes na região.

possível observar que o Sicoob é o líder do mercado de crédito cooperativo na região, seguido pelo Sicredi e, por fim, pelo Cresol.

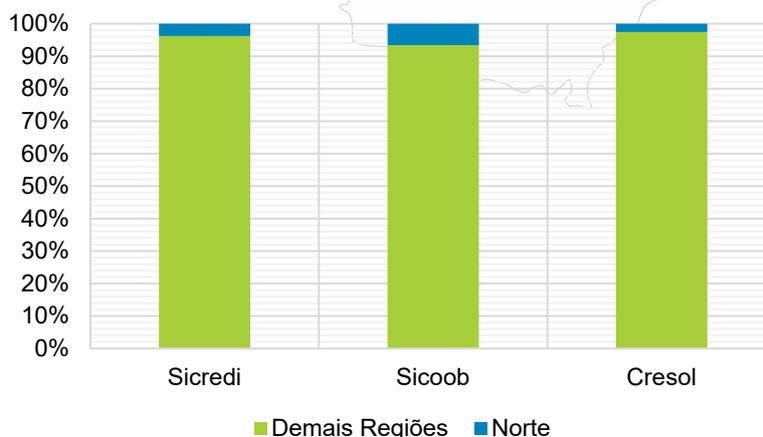
**GRÁFICO 21 – CARTEIRA DE CRÉDITO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA REGIÃO NORTE (R\$ BILHÕES\*)**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (IF.data).  
 \*Dados de dezembro de cada ano.

Apesar do rápido crescimento na região Norte, os três maiores sistemas de cooperativismo de crédito do país disponibilizaram apenas 4,9% de sua carteira de crédito na região. O Gráfico 22 apresenta a participação da região Norte e das demais regiões na carteira de crédito total das cooperativas citadas.

**GRÁFICO 22 – PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO NORTE NA CARTEIRA DE CRÉDITO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO**



Fonte: Elaboração ABDE. Dados do Banco Central do Brasil (IF.data).

#### IV. ATUAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO E ALINHAMENTO COM AS MISSÕES DO PLANO ABDE 2030

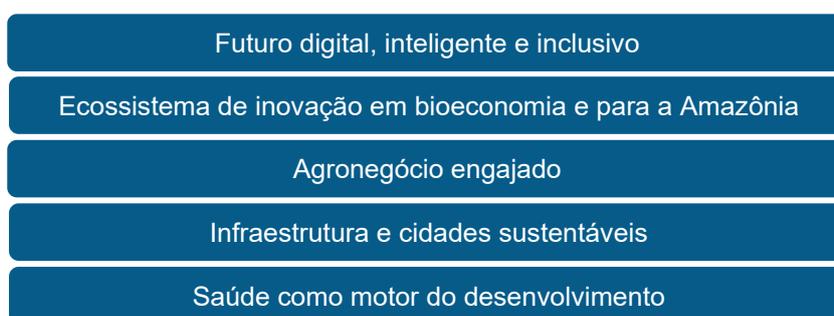
Nas últimas décadas, o conceito de desenvolvimento econômico passou por algumas transformações. Ao longo dos anos, percebeu-se a necessidade de aliar o crescimento da economia com a sustentabilidade do planeta. A partir de então, popularizou-se o conceito de desenvolvimento sustentável, que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

Nesse cenário, o financiamento sustentável se tornou um eixo central no debate global, ganhando protagonismo na agenda de organizações dos setores público e privado. O contexto atual, agravado pela crise da Covid-19, reforçou a urgência e relevância dos esforços empreendidos pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento para o cumprimento da Agenda 2030, tanto pelo lado do enfrentamento da pandemia e da necessidade de recuperação diante dos impactos causados pela crise sanitária, social e econômica, quanto para alavancar investimentos estruturantes para viabilizar economias mais sustentáveis, inclusivas, inovadoras e com potencial de crescimento sustentado.

É nesse contexto que a ABDE lançou o Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, documento de propostas que visam potencializar a colaboração do Sistema Nacional de Fomento (SNF) no cumprimento da Agenda 2030. Para isso, o plano propõe missões norteadoras que visam engajar os atores do SNF no enfrentamento de desafios que podem transformar os padrões de produção, distribuição e consumo em vários setores e grupos sociais em prol da geração de valor, inclusão e sustentabilidade.

O Plano também destaca algumas ações principais que podem contribuir para o fortalecimento do Sistema e de sua atuação para o cumprimento da Agenda 2030. As cinco missões do Plano ABDE 2030, com potencial transformador no desenvolvimento sustentável do Brasil, estão elencadas na Figura 6.

**FIGURA 6 – MISSÕES DO PLANO ABDE 2030**



Fonte: Elaboração própria.

Busca-se, ao longo das próximas seções, apresentar um breve resumo de cada uma das cinco missões do Plano ABDE 2030, bem como elaborar um quadro-resumo dos programas e linhas de financiamento das IFDs que atuam na região da Amazônia Legal para cada uma dessas missões. Por fim, a última seção apresentará, de forma resumida, os seis temas de fortalecimento do SNF elencados no Plano.

### 1. Futuro digital, inteligente e inclusivo

A aposta em novos padrões de gestão, produção, distribuição e consumo nos diferentes setores da economia, face aos desafios do século XXI, requer novos arranjos e redes de conhecimento para mobilização, financiamento e ampliação de competências científicas e tecnológicas capacitadas a gerar novas soluções de mercado.

Assim, a agenda de digitalização da economia se apresenta como importante eixo para o desenvolvimento econômico. O investimento nessa área é fundamental para o atingimento dos ODS e o SNF tem papel central no fomento desde o apoio para que as pequenas empresas se digitalizem e possam gerar empregos, passando por todo o processo de infraestrutura digital e investimento em inovação, chegando em diversas áreas como cidades e agronegócios inteligentes.

Destaca-se que o Brasil apresenta níveis insatisfatórios nos indicadores de igualdade de gênero e redução das desigualdades, havendo espaço para uma maior contribuição do SNF para o cumprimento dessa agenda. Não obstante, a igualdade de oportunidades requer uma atuação integrada que considere como diferentes marcadores sociais – de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros – interagem entre si.

Dessa forma, a missão *Futuro digital, inteligente e inclusivo* tem o objetivo estratégico de ampliar a diversidade em processos inovadores e nos negócios digitais, visando promover igualdade e inovação. Para isso, o Plano listou alguns projetos, ainda em fase conceitual, que oferecem caminhos para se alcançar a missão:

- **Acesso às tecnologias da informação para digitalização 5G na cidade e no campo;**
- **Ampliação de oportunidades digitais para negócios e pesquisas lideradas por mulheres;**
- **Preparação de pequenas e médias empresas (PMEs) e trabalhadores(as) para cadeias produtivas digitalizadas (Smart Networks).**

Atualmente, 7 (sete) instituições financeiras de desenvolvimento atuantes na região da Amazônia Legal possuem produtos alinhados com a missão *Futuro digital, inteligente e inclusivo*. No total, são 21 (vinte e uma) linhas de crédito que contemplam o financiamento à inovação

e à modernização de MPMEs. A seguir, o Quadro 1 apresenta os produtos e linhas de crédito que as associadas da ABDE na Amazônia Legal disponibilizam para os seus clientes.

**QUADRO 1 – QUADRO-RESUMO DE PRODUTOS/LINHAS DE CRÉDITO PARA A MISSÃO FUTURO DIGITAL, INTELIGENTES E INCLUSIVO**

Associadas ABDE	Produtos/Linhas de crédito
<b>Afeam</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Crédito Amazonas para Empresas:</b> financiar capital de giro e investimento fixo para MEI, microempresa e empresa de pequeno porte dos segmentos industrial, comercial e serviços;</li> <li>▪ <b>Crédito Amazonas para Pessoas Físicas:</b> financiar capital de giro e investimento fixo para PF: autônomos, taxistas, transporte por aplicativos, mototaxistas, feirantes e profissionais liberais;</li> <li>▪ <b>Crédito Amazonas – Crédito Social:</b> financiar mulheres empreendedoras (autônomas e MEI), idosos empreendedores e pessoas com deficiências (PcD);</li> <li>▪ <b>Afeam Inovacred:</b> financiar a inovação de novos produtos, processos, marketing e serviços;</li> <li>▪ <b>Afeam Mais:</b> financiar manutenção, ampliação e modernização de atividades econômicas de micro, pequenas e médias empresas.</li> </ul>
<b>Basa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Amazônia Empresarial:</b> apoiar a implantação, ampliação, diversificação, modernização, reforma e realocação de empreendimentos não rurais;</li> <li>▪ <b>Amazônia Empresarial Verde:</b> apoiar as atividades do segmento empresarial desenvolvidas em bases sustentáveis;</li> <li>▪ <b>Ciência, tecnologia e inovação:</b> incentivar o desenvolvimento de projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&amp;I), por meio de apoio financeiro às atividades e empreendimentos inovadores economicamente viáveis do segmento empresarial, como também projetos incubados em instituições públicas de ensino e pesquisa.</li> </ul>
<b>BNB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>FNE Inovação:</b> promover a inovação em produtos, serviços, processos e métodos organizacionais nas empresas;</li> <li>▪ <b>FNE Startup:</b> fomentar modelos de negócios com alto potencial de crescimento, por meio de apoio a startups de base tecnológica;</li> <li>▪ <b>FUNDECI (Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação) e FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional):</b> apoiar, na modalidade não-reembolsável, projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação e de difusão tecnológica;</li> </ul>
<b>Banpará</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Empodera:</b> financiar mulheres empreendedoras, independentemente do ramo de atividade do setor formal ou informal;</li> <li>▪ <b>Qualifica Pará:</b> financiar educandos certificados por meio dos cursos do programa Qualifica Pará, com atividades econômicas próprias ou que pretendam empreender.</li> </ul>
<b>Fomento TO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Microcrédito:</b> financiar investimento fixo, capital de giro e capital misto para MEI;</li> <li>▪ <b>Inovacred:</b> destinado ao desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços, bem como o aprimoramento dos já existentes, inovação em marketing ou inovação organizacional, no ambiente produtivo ou social.</li> </ul>
<b>Desenvolve – MT</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Jovem Empreendedor:</b> estimular o empreendedorismo do jovem na geração de emprego e renda e contribuir com o acesso facilitado ao crédito;</li> <li>▪ <b>Mulher Empreendedora:</b> estimular o empreendedorismo feminino na geração de emprego e renda e contribuir com o acesso facilitado ao crédito.</li> </ul>

<b>Afap</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ <b>Microempresa e empresa de pequeno porte:</b> financiar pessoas jurídicas para a instalação, ampliação, modernização e reestruturação;</li><li>▪ <b>Microempreendedor Individual (MEI):</b> concessão de crédito ao MEI, possibilitando estruturação, crescimento e desenvolvimento dos seus negócios de modo sustentável;</li><li>▪ <b>Linha Pessoa Física e Jurídica (in)formais:</b> financiar capital de giro, investimento de bens e reforma para pessoa física, jurídica e informais;</li><li>▪ <b>Linha FUNGETUR:</b> financiar capital de giro e investimentos para empreendedores do setor de turismo.</li></ul>
-------------	---

Fonte: Elaboração ABDE com base nas informações fornecidas pelas instituições

No que concerne à atuação das IFDs nesta missão, podemos destacar a linha de crédito Empodera, do Banpará. O público-alvo são mulheres empreendedoras, em situação de vulnerabilidade, que lideram micro e pequenos negócios, dos setores formal e informal, e que não possuem acesso a crédito em outras instituições financeiras. Com esta linha, o Banpará pretende promover a igualdade de gênero ao mesmo tempo que busca aumentar a bancarização do público, especialmente de baixa renda.

Além do apoio financeiro, o Empodera capacita as beneficiárias através de ciclos de qualificação, e acompanha constantemente o andamento dos negócios. Essa metodologia contribui com a educação financeira, aprimora o controle dos recursos e reduz a inadimplência.

## 2. Ecossistema de inovação em bioeconomia para a Amazônia

A integração economia e meio ambiente busca compatibilizar o desenvolvimento econômico – geração de renda e empregos e a preservação do ecossistema e das condições de produtividade da terra e a preservação de seus recursos naturais. O investimento em bioeconomia permite a utilização de novas tecnologias a fim de originar novas cadeias produtivas e, conseqüentemente, maior dinamismo econômico.

Pode-se dizer que a bioeconomia surge como resultado de uma revolução de inovações aplicadas no campo das ciências biológicas. Está diretamente ligada ao desenvolvimento e ao uso de produtos e processos biológicos nas áreas da saúde humana, da produtividade agrícola e da pecuária, bem como da biotecnologia. A bioeconomia contribui para a solução de desafios sociais e ambientais ao promover o acesso equitativo de pequenos produtores de alimentos e de produtos da sociobiodiversidade – particularmente de mulheres, pessoas negras e povos e comunidades tradicionais – à terra cultivável.

O acesso equitativo à terra tem efeitos positivos sobre a produtividade agrícola e o consumo consciente, além de contribuir para a redução do uso de agrotóxicos, a saúde e bem-estar e a redução da pobreza. Além de produtos com alto valor agregado e inovação, a bioeconomia, junto à agricultura familiar, também tem papel crucial na promoção da segurança alimentar.

Portanto, dar condições de resiliência e robustez à bioeconomia e à agricultura familiar contribui para protegê-las de choques externos.

Assim, a missão *Ecosistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia* tem o objetivo estratégico de promover o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável a partir de produtos e serviços inovadores de alto valor agregado da bioeconomia e, dessa forma, gerar impactos positivos nas cadeias produtivas, na conservação do meio ambiente e na segurança alimentar, visando a redução dos custos de P&D e a melhora no ambiente de negócios. Para isso, o Plano listou alguns projetos que oferecem caminhos para se alcançar a missão:

- **Apoio na gestão de negócios, capacitação, mitigação de riscos e formação em bioeconomia;**
- **Programa de ciência e tecnologia com foco em biotecnologia;**
- **Incentivos econômicos para valorização de ativos ambientais e controle do desmatamento na Amazônia e outros biomas.**

Atualmente, 4 (quatro) instituições financeiras de desenvolvimento atuantes na região da Amazônia Legal possuem produtos alinhados com a missão *Ecosistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia*. No total, são 8 (oito) linhas de crédito que contemplam o financiamento à inovação e à modernização de MPMEs. A seguir, a Quadro 2 apresenta os produtos e linhas de crédito que as associadas da ABDE na região da Amazônia Legal disponibilizam para os seus clientes.

**QUADRO 2 – QUADRO-RESUMO DE PRODUTOS/LINHAS DE CRÉDITO PARA A MISSÃO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO EM BIOECONOMIA E PARA A AMAZÔNIA**

Associadas ABDE	Produtos/Linhas de crédito
<b>Afeam</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Crédito Amazonas – Extrativismo:</b> financiar custeio, investimento fixo e semifixo de agricultores familiares e produtores rurais que desenvolvam atividades de extrativismo como o da castanha;</li> <li>▪ <b>Crédito Amazonas – Pesca Artesanal e Pesca Manejada:</b> financiar custeio, investimento fixo e semifixo de pessoas físicas que desenvolvam suas atividades como pescadores profissionais.</li> </ul>
<b>Basa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Amazônia Empresarial Verde:</b> apoiar as atividades do segmento empresarial desenvolvidas em bases sustentáveis;</li> <li>▪ <b>Ciência, tecnologia e inovação:</b> incentivar o desenvolvimento de projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&amp;I), por meio de apoio financeiro às atividades e empreendimentos inovadores economicamente viáveis do segmento empresarial, como também projetos incubados em instituições públicas de ensino e pesquisa.</li> </ul>

<b>BNB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>FNE Verde:</b> desenvolver empreendimentos e atividades econômicas que propiciam a preservação, a conservação, o controle e a recuperação do meio ambiente, com foco na sustentabilidade e na competitividade das empresas e cadeias produtivas;</li> <li>▪ <b>FNE Inovação:</b> promover a inovação em produtos, serviços, processos e métodos organizacionais nas empresas;</li> <li>▪ <b>Pronaf:</b> financiar custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural.</li> </ul>
<b>Banpará</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Banpará Comunidade - Batedor de Açaí:</b> financiar empreendedores que trabalhem na atividade de bater açaí.</li> </ul>

Fonte: Elaboração ABDE com base nas informações fornecidas pelas instituições

Para a segunda missão, podemos compartilhar o case de implantação da agroindústria de Abufari, apoiada pela Agência de Fomento do Amazonas. Está situada no município de Tapauá, a 560 km de Manaus, próximo ao Rio Purús. Cerca de 30 empregos diretos foram gerados e 350 coletores de castanhas-do-Brasil também são beneficiados indiretamente. A agroindústria adota as melhores práticas de processamento da castanha e sua comercialização se dá tanto no mercado doméstico quanto no mercado externo.

### 3. Agronegócio engajado

O agronegócio é um importante eixo de desenvolvimento na economia brasileira, tendo em vista o relevante papel que exerce na cadeia produtiva de commodities agrícolas até a implementação de novas tecnologias e processos no campo. Além disso, nas últimas décadas, o agronegócio brasileiro acelerou o seu processo de modernização. A necessidade de alinhar produtividade e sustentabilidade no campo permitiu o surgimento da agropecuária 4.0, marcada pela introdução de métodos inovadores de manejo e tecnologias como automação, conectividade e geração de dados sobre a atividade, permitindo, assim, maior precisão e eficiência na produção e mitigação do uso dos recursos naturais existentes.

O Brasil, atualmente, está entre os maiores produtores e exportadores mundiais de commodities. No entanto, a expansão da agricultura e da pecuária tem custos sociais relevantes em termos de desmatamento, erosão dos solos e desertificação, entre outros, comprometendo a biodiversidade e elevando as emissões de carbono e outros gases de efeito estufa associados à mudança do clima.

O processo de produção do agronegócio apresenta baixo potencial de transbordamento tecnológico e de encadeamento de demanda sobre outros setores da economia, incluindo a agricultura de pequena escala, familiar e com vocação para as culturas sustentáveis, as quais exercem papel fundamental para a promoção de inclusão no campo.

A missão *Agronegócio engajado* contempla a cadeia de valor do agronegócio, incluindo setores da agropecuária, indústria de transformação, agricultura familiar e outros. Esses sistemas agroalimentares têm impacto substantivo na estrutura produtiva da economia, na sustentabilidade e na qualidade de vida do brasileiro – notadamente no que se refere à segurança alimentar e à inclusão de grupos vulneráveis do meio rural.

Dessa maneira, essa missão tem o objetivo estratégico de reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> no campo, o diferencial de produtividade agrícola, o desperdício de alimentos e as perdas nas cadeias de valor, buscando, assim, o desenvolvimento inclusivo e sustentável, com produtividade, inovação tecnológica, sem desmatamento e com mitigação das mudanças climáticas. Para isso, o Plano listou alguns projetos que oferecem caminhos para se alcançar a missão:

- **Ampliar padrões sustentáveis de produção via instrumentos de financiamento inovadores;**
- **Redução de custos nas cadeias de valor e perdas de alimentos;**
- **Resiliência e robustez nas cadeias de valor para segurança alimentar com foco em agricultura familiar.**

Hoje, 7 (sete) instituições financeiras de desenvolvimento atuantes na região da Amazônia Legal possuem produtos alinhados com a missão *Agronegócio engajado*. No total, são 22 (vinte e duas) linhas de crédito que contemplam o financiamento voltado para a tecnologia no campo e agricultura familiar. A seguir, a Tabela 6 apresenta os produtos e linhas de crédito que as associadas da ABDE na região da Amazônia Legal disponibilizam para os seus clientes.

**QUADRO 3 – QUADRO-RESUMO DE PRODUTOS/LINHAS DE CRÉDITO PARA A MISSÃO AGRONEGÓCIO ENGAJADO**

Associadas ABDE	Produtos/Linhas de crédito
Afeam	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Crédito Amazonas – Agroindústria e empresa rural:</b> financiar comercialização e investimento de agroindústria e empresas rurais;</li> <li>▪ <b>Crédito Amazonas – Agricultura:</b> financiar custeio, investimento fixo e semifixo de agricultores familiares e produtores rurais;</li> <li>▪ <b>Crédito Amazonas – Pecuária:</b> financiar custeio, investimento fixo e semifixo de agricultores familiares e produtores rurais que desenvolvam atividades da pecuária;</li> <li>▪ <b>Crédito Amazonas – Agroindústria e empresa rural:</b> financiar comercialização e investimento de agroindústria e empresas rurais;</li> <li>▪ <b>Procalcário:</b> propiciar a correção de solo com prioridade para as áreas produtoras de grãos, fruticultura, culturas industriais e em áreas de pastagens ou capoeiras alteradas ou degradadas;</li> <li>▪ <b>Promecanização:</b> incentivar a mecanização de áreas degradadas e promover o aumento da produção.</li> </ul>

<b>Desenvolve RR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Crédito para pessoas físicas e jurídicas:</b> prioriza crédito especialmente para mini e pequenos produtores rurais, suas associações e cooperativas, micro e pequenas empresas e autônomos.</li> </ul>
<b>Basa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Amazônia Rural:</b> implantação, ampliação, diversificação, modernização, reforma e realocação de empreendimentos rurais, localizados na Região Norte;</li> <li>▪ <b>Amazônia Rural Verde:</b> destinada a financiar a implantação, ampliação, diversificação, modernização, reforma e realocação de empreendimentos rurais, voltados a Agricultura de Baixo Carbono (ABC);</li> <li>▪ <b>BNDES Rural:</b> investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando o aumento da produtividade, à adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural.</li> </ul>
<b>BNB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>FNE Custeio agrícola e pecuário:</b> financiar o custeio de atividades agrícolas e pecuárias;</li> <li>▪ <b>FNE Agrin:</b> financiar o segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento da competitividade;</li> <li>▪ <b>FNE Conectado:</b> financiar a conexão no campo por meio de equipamentos e estruturas de acesso à internet e de softwares para incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC);</li> <li>▪ <b>FNE Irrigação:</b> financiar a agropecuária irrigada, visando à diversificação das atividades produtivas, adoção de práticas sustentáveis, utilização de tecnologias modernas e ecoeficientes.</li> <li>▪ <b>FNE Rural:</b> financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma dos empreendimentos rurais, inclusive a elaboração de estudos ambientais e os investimentos estabelecidos nas condicionantes das licenças ambientais;</li> <li>▪ <b>FNE Verde - Rural:</b> desenvolver empreendimentos e atividades econômicas que propiciam a preservação, a conservação, o controle e a recuperação do meio ambiente, com foco na sustentabilidade e na competitividade das empresas e cadeias produtivas;</li> <li>▪ <b>Pronaf:</b> financiar custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural;</li> </ul>
<b>Banpará</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Crédito rural:</b> linhas de financiamento para custeio, investimento, comercialização e industrialização de produtos agrícolas;</li> <li>▪ <b>Banpará-Bio:</b> linha de financiamento destinada ao custeio ou investimento visando fomentar Sistemas Agroflorestais - SAFs e demais atividades agropecuárias pautadas em sistemas sustentáveis;</li> <li>▪ <b>BNDES-Moderfrota:</b> financiar a aquisição de tratores agrícolas, implementos associados e colheitadeiras.</li> </ul>
<b>Fomento TO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Linha de crédito Agronegócio:</b> financiar investimento fixo, capital de giro e capital misto para empresas de pequeno, médio e grande porte.</li> </ul>
<b>Afap</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Linha FRAP – Empreendedor Rural:</b> financiar produção rural</li> </ul>

Fonte: Elaboração ABDE com base nas informações fornecidas pelas instituições

No âmbito da missão *Agronegócio engajado*, vale destacar o programa Amazônia Rural Verde, linha de financiamento do Banco da Amazônia exclusiva para atividades do segmento agropecuário desenvolvidas em bases sustentáveis. Dentre as atividades financiadas, podemos citar a recuperação de pastagens degradadas, sistemas orgânicos de produção, sistemas de plantio direto, sistema de integração lavoura-pecuária-floresta, sistemas agroflorestais, manejo de florestas comerciais, regularização das propriedades rurais, tratamento de

resíduos de dejetos, incluindo geração de energia e compostagem, fixação biológica de nitrogênio, entre outros.

#### 4. Infraestrutura e cidades sustentáveis

O potencial que a transformação de cidades tem para acelerar o cumprimento da Agenda 2030 é um reflexo de vários fatores, incluindo o elevado efeito multiplicador de ODS relacionados ao acesso à água, ao saneamento e à infraestrutura, com impacto direto em outros tantos; a contribuição de redes eficientes de mobilidade urbana de pessoas, bens e materiais para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico sustentável, conectando cidadãos a serviços básicos, empregos, mercados e uns aos outros, entre outros.

O *gap* de infraestrutura em cidades brasileiras é um problema histórico que responde diretamente ao crescimento da população urbana no país. A infraestrutura das cidades parece não se mover na mesma velocidade na qual as pessoas migram da zona rural para a urbana. O cenário se torna ainda mais desafiador com a dificuldade de se financiar projetos ligados à infraestrutura urbana. Eles são considerados de alto risco e recebem menos investimentos por apresentarem externalidades e gerarem benefícios econômicos coletivos não capturados nas receitas dos prestadores de serviço.

O elevado grau de heterogeneidade dos municípios brasileiros, notadamente no que diz respeito à capacidade institucional, representa outra variável relevante nessa equação. Municípios com baixa capacidade técnica para estruturação de projetos ou formulação de políticas públicas não conseguem se posicionar bem na coordenação de programas públicos de investimentos em infraestrutura ou mesmo na integração entre os níveis federal, estadual e municipal da administração pública. A capacidade institucional determina o potencial daquele município de planejar, financiar, implementar e monitorar políticas e projetos, o que é ainda mais sensível nos casos de investimentos em infraestrutura social e urbana.

O SNF exerce papel central no financiamento às cidades, sendo responsável por 98% do crédito para municípios no Brasil e atingindo mais de 2.500 municipalidades em 2022, tornando-o um candidato natural a líder dessa missão. Não obstante, a participação do SNF nessa agenda precisa ser calibrada de acordo com a heterogeneidade das instituições do Sistema, seja em termos de capacidade institucional, recursos disponíveis ou limites de atuação.

Desse modo, a missão *Infraestrutura e cidades sustentáveis* tem o objetivo estratégico de promover o acesso universal à água e ao saneamento, à mobilidade urbana inclusiva e à eficiência energética, visando a redução de desigualdades regionais e a urbanização

inclusiva e sustentável. Para isso, o Plano listou alguns projetos que oferecem caminhos para se alcançar a missão:

- **Diversificação e desenvolvimento de fontes energéticas renováveis e eficiência energética;**
- **Amplo acesso à água e à gestão de resíduos;**
- **Mobilidade urbana inclusiva.**

Atualmente, 5 (cinco) instituições financeiras de desenvolvimento atuantes na região da Amazônia Legal possuem produtos alinhados com a missão *Infraestrutura e cidades sustentáveis*. No total, são 12 (doze) linhas de crédito que contemplam o financiamento a projetos de infraestrutura energética, sanitária e mobilidade urbana. A seguir, a Quadro 4 apresenta os produtos e linhas de crédito que as associadas da ABDE na região da Amazônia Legal disponibilizam para os seus clientes.

**QUADRO 4 – QUADRO-RESUMO DE PRODUTOS/LINHAS DE CRÉDITO PARA A MISSÃO INFRAESTRUTURA E CIDADES SUSTENTÁVEIS**

Associadas ABDE	Produtos/Linhas de crédito
<b>Basa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Amazônia Infraestrutura: financiar projetos de infraestrutura de transporte e logística, instalação de gasoduto, produção de gás e distribuição de gás canalizado destinada a financiar a aquisição de bens de capital e a implantação, modernização, reforma, recuperação, realocação ou ampliação de empreendimentos, incluindo as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) implantadas na Região Norte, inclusive a elaboração de estudos ambientais e os investimentos estabelecidos nas condicionantes das licenças ambientais;</li> <li>▪ Amazônia Infraestrutura Verde: financiar projetos de infraestrutura para saneamento, geração de energia renovável, resíduos sólidos, entre outros. poderão ser financiadas unidades de tratamento de efluentes domésticos e não domésticos, estações de tratamento de águas residuárias, estações de tratamento de efluentes industriais e de efluentes químicos; saneamento básico, inclusive estudos, projetos e tecnologias de gerenciamento, para o aumento das áreas de cobertura dos sistemas de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário;</li> <li>▪ Energia Verde – Não Rural: financiar micro e minigeração de energia, produção de energia renovável para empreendimentos empresariais, transporte verde e Geração de energia solar para pessoas físicas residenciais.</li> </ul>
<b>BNB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FNE Proinfra: ampliar serviços de infraestrutura, dando sustentação às atividades produtivas da região;</li> <li>▪ FNE Sol: financiar projetos de micro e minigeração distribuída de energia por fontes renováveis;</li> <li>▪ FNE Verde Infraestrutura: desenvolver empreendimentos e atividades econômicas que propiciam a preservação, a conservação, o controle e a recuperação do meio ambiente, com foco na sustentabilidade e na competitividade das empresas e cadeias produtivas com foco na infraestrutura de energia renovável e saneamento básico.</li> </ul>
<b>Banpará</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ BNDES FINAME Baixo Carbono: financiar aquisição e comercialização de sistemas de geração de energia solar e eólica, aquecedores solares, ônibus e caminhões elétricos, híbridos e movidos exclusivamente a biocombustível e demais máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para redução da emissão de gases de efeito estufa.</li> </ul>

<b>Desenvolve MT</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Invest MIX: financiamentos de obra civil, máquinas e equipamentos e de bens vinculados a projetos que envolvam implantação, ampliação ou modernização com capital de giro associado;</li> <li>▪ Turismo – Obra Civil: financiar infraestrutura física, máquinas, equipamentos e capital de giro para empresas que atuam em atividades econômicas relacionadas ao turismo, inclusive sistemas de gestão empresarial;</li> <li>▪ Desenvolve Energia Renovável (Em implementação): estimular o investimento em projetos para implantação/ampliação/modernização de energia renovável.</li> </ul>
<b>AFAP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Amapá Solar: fomentar empreendimentos comerciais a implantar sistemas de painéis fotovoltaicos como energia primária limpa e sustentável para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis de baixo custo;</li> <li>▪ Linha Energia Solar – Empreendedor: financiar compra de painéis fotovoltaicos.</li> </ul>

Fonte: Elaboração ABDE com base nas informações fornecidas pelas instituições

No escopo desta missão, destacamos o Programa Amapá Solar, cujo objetivo é estimular, mediante taxas e prazos atrativos, a implantação de sistemas fotovoltaicos em empreendimentos comerciais para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis de baixo custo. Para acessar a linha, o empreendimento deve ter um consumo de energia mensal de até 3.000kwh.

### 5. Saúde como motor do desenvolvimento

A sustentabilidade dos sistemas de saúde tem sido uma preocupação constante dos governos e da sociedade, principalmente em razão do crescimento acentuado dos custos como reflexo dos avanços tecnológicos. É nesse contexto que se desenvolveu o conceito de Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), no qual os setores de saúde estão todos interconectados e a efetivação dos direitos sociais se dá com o desenvolvimento de uma base produtiva, tecnológica e de inovação que funcione como sustentação, havendo, assim, uma relação endógena entre a dimensão social e econômica do desenvolvimento.

É fundamental que se invista no fortalecimento dos sistemas de informação e vigilância em saúde, com a digitalização da área, ações preventivas e apoio à melhoria da gestão da saúde. Além de contribuir para a racionalização dos gastos no setor, uma vez que reduz o número de procedimentos de alta complexidade que oneram o orçamento público, esse enfoque representa uma importante contribuição para a redução das desigualdades em saúde, a melhoria da qualidade dos serviços prestados, a ampliação da infraestrutura e o reposicionamento adequado do equipamento de saúde no território.

Desse modo, a missão *Saúde como motor do desenvolvimento* tem o objetivo estratégico de alcançar as metas de saúde dos ODS e ampliar a provisão nacional de bens e serviços associados à saúde, objetivando melhorar os serviços de saúde e fomentar o Complexo

Econômico Industrial da Saúde (CEIS). Para isso, o Plano listou alguns projetos que oferecem caminhos para se alcançar a missão:

- **Fomentar a produção e inovação no Complexo Econômico-Industrial na saúde;**
- **Infraestrutura associada à saúde;**
- **Digitalização e melhoria da gestão em saúde.**

Atualmente, 2 (duas) instituições financeiras de desenvolvimento atuantes na região da Amazônia Legal possuem produtos alinhados com a missão *Saúde como motor do desenvolvimento*. São 2 (duas) linhas de crédito que contemplam o financiamento a projetos de desenvolvimento do complexo econômico-industrial da saúde. A seguir, a Quadro 5 apresenta os produtos e linhas de crédito que as associadas da ABDE na região da Amazônia Legal disponibilizam para os seus clientes.

**QUADRO 5 – QUADRO-RESUMO DE PRODUTOS/LINHAS DE CRÉDITO PARA A MISSÃO SAÚDE COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO**

Associadas ABDE	Produtos/Linhas de crédito
<b>Basa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Ciência, tecnologia e inovação:</b> investir em trabalhos que possuam elevado potencial de transformação para desenvolver produtos, processos e serviços, com base em tecnologia inovadora. incentivar o desenvolvimento de projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&amp;I), por meio de apoio financeiro às atividades e empreendimentos inovadores economicamente viáveis do segmento empresarial, como também projetos incubados em instituições públicas de ensino e pesquisa, permitindo a sua implantação após a saída da incubadora, e que possuam elevado potencial de transformação para desenvolver projetos, produtos, processos e serviços, com base em tecnologia inovadora, sendo observado que será poderá ser financiado a implantação, ampliação, diversificação, modernização, reforma e realocização de empreendimentos.</li> </ul>
<b>BNB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>FNE Saúde Nordeste:</b> financiar o desenvolvimento do complexo econômico industrial da saúde, promovendo a modernização, o aumento da competitividade, a ampliação da capacidade produtiva e da capacidade de atendimento da cadeia produtiva do setor.</li> </ul>

Fonte: Elaboração ABDE com base nas informações fornecidas pelas instituições

Com apoio financeiro do Banco da Amazônia, o Centro Médico Ville Roy ampliou o atendimento de seus serviços médicos. Localizado em Boa Vista, no estado de Roraima, o hospital oferece serviços médicos ambulatoriais com estrutura para laboratórios clínicos e para realização de procedimentos cirúrgicos e exames. Com aproximadamente 3.400 m<sup>2</sup>, o hospital oferece serviços especializados em Urologia, Oftalmologia, Endocrinologia e Cardiologia.

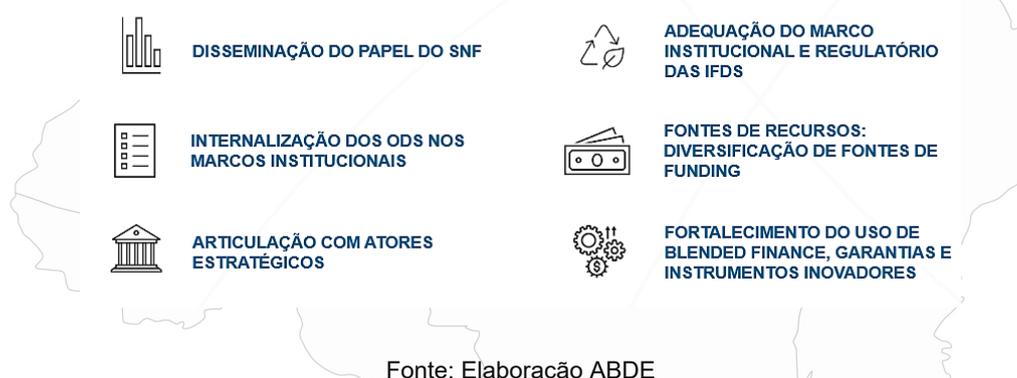
## 6. Fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento

O Plano ABDE 2030 vem somar às iniciativas da ABDE e dos associados alinhadas aos ODS. Além de propor as missões norteadoras para as ações do Sistema Nacional de Fomento no

cumprimento da Agenda 2030 no Brasil, o Plano também coloca o SNF em posição central para o financiamento do desenvolvimento sustentável, inclusivo e inovativo da economia brasileira. No âmbito do *Raio X das Instituições Financeiras de Desenvolvimento da Região da Amazônia Legal*, é fundamental destacar que a capilaridade de atuação dessas instituições, que operam a nível nacional, subnacional e regional, e possuem *expertise* no exercício de seus mandatos, podem facilitar e permitir a adequação das ambições expressas na Agenda 2030 aos diferentes contextos e realidades locais e regionais.

Por essa razão, o fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento é um trabalho fundamental que surge como objetivo adicional e transversal para a realização das cinco missões elencadas no Plano ABDE 2030, para que as instituições possam explorar as suas potencialidades e alavancar suas capacidades no financiamento de projetos sustentáveis no país. A partir disso, o Plano elenca algumas propostas de fortalecimento do SNF, divididas em seis temas principais, como ilustradas na Figura 7.

**FIGURA 7 – TEMAS PARA O FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO**



**A disseminação do papel do Sistema Nacional de Fomento** é fundamental para o reconhecimento da relevância dos mecanismos de financiamento público na realização de investimentos transformadores de longo-prazo. Para isso, pode-se destacar o desenvolvimento de metodologias de avaliação e monitoramento das instituições e de suas atividades, acompanhado de uma divulgação ampla, clara e objetiva dos dados. Essas ações podem contribuir para o aumento da transparência e melhor prestação de contas de suas atividades à sociedade e, com isso, fortalecer o papel das instituições de fomento na viabilização da agenda sustentável.

**Para a internalização dos ODS nos marcos institucionais das instituições do SNF**, é importante promover e coordenar ações para acelerar o alinhamento do planejamento estratégico das instituições aos ODS. A elaboração de diagnósticos dos territórios onde as IFDs atuam, no sentido de orientá-las na identificação dos gargalos e prioridades de

desenvolvimento para alinhamento de suas atuações aos ODS, constituem uma etapa crucial nesse processo. Além disso, taxonomias nos temas de sustentabilidade podem contribuir para a internalização dos ODS, por meio da integração de linguagens e objetivos comuns em relação à agenda.

**No tema de adequação do marco institucional e regulatório das IFDs**, busca-se a ampliação das possibilidades de atuação dessas instituições sob o ponto de vista regulatório para que exerçam papel no contexto da Agenda 2030. Esse tema é fundamental especialmente para as agências de fomento, pois são restritas pela regulação na utilização de instrumentos financeiros inovadores e compatíveis com a ambição das metas de desenvolvimento sustentável.

**O relacionamento com atores estratégicos e o reforço à cooperação entre os países** também é matéria fundamental no fortalecimento das instituições para condução da Agenda 2030. A articulação com atores nacionais e internacionais pode contribuir para fortalecer a sinergia entre os investimentos e objetivos das instituições, aumentando a capacidade do Sistema Nacional de Fomento de atuar de forma articulada e ser capaz de liderar a criação de um plano de transição sustentável.

**Na temática fontes de recursos para a diversificação do *funding* das IFDs**, destaca-se o fortalecimento da integração das instituições de diferentes níveis no SNF, a ampliação da captação de recursos de fundos e bancos internacionais e multilaterais, e a criação de parcerias inovadoras, com financiamento sindicalizado ou consórcio de IFDs, em torno de ODS específicos. A criação de um fundo nacional voltado para a promoção dos ODS, a ser operado pelo Sistema, é um projeto de destaque nessa agenda de fortalecimento.

**Por fim, fortalecer o uso de modelos de *blended finance* e instrumentos financeiros e de garantias inovadores** é outra recomendação do Plano ABDE 2030 para as IFDs. Potencializar a adoção de diferentes estratégias que permitam uma ação integrada de agentes públicos e privados é fundamental para aumentar a disponibilidade de recursos para projetos de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o Plano também propõe a criação de fundo de aval para os ODS, com critérios de sustentabilidade bem definidos para concessão de crédito, além da adequação da utilização dos fundos garantidores nacionais e subnacionais já estabelecidos aos critérios ODS, bem como uma atuação mais forte das IFDs em Parcerias Público-Privadas (PPPs) e no mercado de títulos verdes.

## V. O SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO E A ALIANÇA PELO FINANCIAMENTO DA AMAZÔNIA

A mudança estrutural necessária para a transição verde passa pelo desenvolvimento de um ecossistema econômico sustentável, aliando tecnologia e floresta em pé. De forma transversal, a transição verde e o aproveitamento econômico da biodiversidade amazônica impactam diretamente os resultados em diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A contribuição do segmento de negócios sustentáveis tem o potencial de ampliar os resultados socioeconômicos esperados na agenda sustentável, como a redução da pobreza (ODS 1), igualdade de gênero (ODS 5), crescimento econômico inclusivo e sustentável (ODS 8), promoção de inovações e industrialização sustentáveis (ODS 9), mitigação das mudanças climáticas (ODS 13), entre outros.

Dessa forma, um olhar profundo sobre as especificidades e perspectivas da região amazônica, além de coordenação entre *stakeholders* nacionais e internacionais, políticas públicas e planejamento focados em novos negócios sustentáveis é fundamental para que as atividades dessas empresas possam atingir um outro patamar. Os desafios são enormes, assim como esforço de articulação para endereçar as principais questões que acometem a região amazônica.

É nesse contexto que se desenvolveu a proposta de criação da Aliança pelo Financiamento da Amazônia, iniciativa construída em parceria com o BID. A Aliança pelo Financiamento da Amazônia visa fortalecer a coordenação de políticas de crédito e financiamento do Sistema Nacional de Fomento (SNF) para alavancar os recursos destinados à região amazônica, em especial para o financiamento de atividades ligadas ao conceito de desenvolvimento sustentável, mapear as oportunidades de investimento, contribuindo para a criação de soluções de financiamento.

A iniciativa busca contribuir para a coordenação de atores do Sistema Nacional de Fomento, setores público e privado, instituições internacionais e organismos multilaterais responsáveis por políticas de crédito e financiamento na região amazônica, assim como ampliar o acesso ao crédito das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) da região da Amazônia Legal, desenvolvendo novos instrumentos financeiros ou potencializando iniciativas existentes, com condições adequadas para o segmento e que enderecem os gargalos estruturais enfrentados na região.

Assim, a Aliança propõe fortalecer e organizar a rede de financiamento para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da Amazônia Legal, em especial por meio da mobilização de

instituições associadas à ABDE com atuação na região e do desenvolvimento de instrumentos financeiros adequados à realidade local. A Aliança destaca quatro eixos principais que podem contribuir para o fortalecimento do Sistema e de sua atuação na região da Amazônia Legal. Os quatro eixos com potencial transformador no desenvolvimento sustentável da região estão ilustrados na Figura 8.

FIGURA 8 – EIXOS ESTRATÉGICOS DA ALIANÇA PELO FINANCIAMENTO DA AMAZÔNIA



Fonte: Elaboração ABDE

Busca-se, ao longo das próximas seções, apresentar um breve resumo de cada um dos eixos estratégicos da Aliança pelo Financiamento da Amazônia, bem como elaborar um quadro-resumo da atuação das IFDs que atuam na Amazônia Legal.

### 1. Cadeias produtivas

O desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental requer novas estruturas, processos e modelos produtivos. Hoje, essas mudanças dependem de investimento em novas cadeias produtivas, financiamento à ciência e mobilização da sociedade em prol da consolidação da economia verde.

A estrutura produtiva atual não é suficiente para atender as necessidades econômicas e sociais necessárias para o crescimento e preservação da floresta amazônica. Por esse motivo, o SNF tem papel central no fomento desde o apoio à bioeconomia, às MPMEs, às indústrias e as cadeias produtivas existentes na região.

A economia da região da Amazônia Legal se destaca pelos setores da indústria e de serviços. Além disso, a região contempla a nova fronteira do agronegócio brasileiro. O apoio das IFDs ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas da região se tornou, ao longo dos últimos anos, um importante pilar para se alcançar os objetivos da Aliança pelo Financiamento da Amazônia.

Hoje, 8 (oito) instituições financeiras de desenvolvimento atuantes na região da Amazônia Legal financiam projetos do eixo estratégico *Cadeias produtivas*. A seguir, a Quadro 6 apresenta os setores que as associadas da ABDE na região Amazônica disponibilizam recursos.

**QUADRO 6 – QUADRO-RESUMO DOS SETORES FINANCIADOS NO EIXO ESTRATÉGICO CADEIAS PRODUTIVAS**

Associadas ABDE	Setores
<b>Afeam</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MPMEs (indústria, comércio e serviços);</li> <li>▪ Transporte.</li> <li>▪ Indústria extrativa;</li> <li>▪ Agricultura.</li> </ul>
<b>Desenvolve RR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agricultura e agropecuária;</li> </ul>
<b>Basa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MPMEs (indústria, comércio e serviços);</li> <li>▪ Startup;</li> <li>▪ Agricultura e agropecuária;</li> <li>▪ Infraestrutura;</li> <li>▪ Saúde.</li> </ul>
<b>BNB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MPMEs (indústria, comércio e serviços);</li> <li>▪ Startup;</li> <li>▪ Agricultura e agronegócio;</li> <li>▪ Bioeconomia;</li> <li>▪ Infraestrutura;</li> <li>▪ Saúde.</li> </ul>
<b>Banpará</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MPMEs (indústria, comércio e serviços);</li> <li>▪ Startups.</li> <li>▪ Agricultura e agropecuária;</li> <li>▪ Bioeconomia;</li> <li>▪ Infraestrutura.</li> </ul>
<b>Fomento TO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MPMEs (indústria, comércio e serviços);</li> <li>▪ Agricultura e agropecuária;</li> <li>▪ Turismo.</li> </ul>
<b>Desenvolve – MT</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MPMEs (indústria, comércio e serviços);</li> <li>▪ Turismo;</li> <li>▪ Infraestrutura;</li> </ul>
<b>Afap</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MPMEs (indústria, comércio e serviços);</li> <li>▪ Turismo;</li> <li>▪ Agricultura e agropecuária;</li> <li>▪ Infraestrutura.</li> </ul>

Fonte: Elaboração ABDE com base nas informações fornecidas pelas instituições

## 2. Infraestrutura

O crescimento populacional e a diversificação das atividades econômicas na Amazônia Legal demandam novos investimentos em infraestrutura. Se antes o planejamento foi induzido pelo processo de expansão territorial do país, hoje, os investimentos em infraestrutura na região se tornaram essenciais para o suporte à dinâmica interna de crescimento.

Atualmente, as cidades amazônicas se tornaram centros urbanos de rápido crescimento e, conseqüentemente, pressionaram a oferta de infraestrutura básica de acesso à água, ao saneamento, ao transporte e à mobilidade. Além da lógica urbana, a estrutura produtiva da Zona Franca de Manaus e o agronegócio que se espalhou por todo o território da Amazônia Legal também demandam investimentos logísticos para escoamento da produção.

Entretanto, a elaboração de novos projetos de infraestrutura, atualmente, deve contemplar a lógica de sustentabilidade em todas as dimensões: econômica/financeira, ambiental, social e

institucional. O modelo proposto facilita o acesso às fontes de financiamento verdes e sustentáveis e dá robustez ao crescimento econômico no longo prazo.

É nesse sentido que o Sistema Nacional de Fomento se torna um importante suporte para políticas públicas de infraestrutura na região amazônica, pois, ao longo dos últimos anos, se tornou o principal canal de financiamento a obras de infraestrutura no país.

Dessa forma, o eixo estratégico de infraestrutura visa identificar projetos que abordam o desenvolvimento sustentável local e contribuam para desencadear ganhos de produtividade na região amazônica, visando elevar o impacto da adoção de instrumentos financeiros inovadores ou da potencialização de instrumentos já existentes.

Atualmente, 5 (cinco) instituições financeiras de desenvolvimento atuantes na região da Amazônia Legal financiam projetos do eixo estratégico *Infraestrutura*. A seguir, o Quadro 7 apresenta os setores que as associadas da ABDE na região da Amazônica disponibilizam recursos.

**QUADRO 7 – QUADRO-RESUMO DOS SETORES FINANCIADOS NO EIXO ESTRATÉGICO INFRAESTRUTURA**

Associadas ABDE	Setores
<b>Basa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Transporte e Logística;</li> <li>▪ Zonas de Processamento de Exportação (ZPE);</li> <li>▪ Geração de energia renovável e convencional;</li> <li>▪ Eficiência energética;</li> <li>▪ Saneamento básico;</li> <li>▪ Tratamento de resíduos.</li> </ul>
<b>BNB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Transporte e Logística;</li> <li>▪ Geração de energia renovável;</li> <li>▪ Eficiência energética;</li> <li>▪ Saneamento básico;</li> <li>▪ Tratamento de resíduos.</li> <li>▪ Saneamento básico.</li> </ul>
<b>Banpará</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Transporte sustentável;</li> <li>▪ Geração de energia renovável;</li> <li>▪ Eficiência energética.</li> </ul>
<b>Desenvolve MT</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Logística;</li> <li>▪ Parque turístico;</li> <li>▪ Geração de energia renovável;</li> <li>▪ Eficiência energética.</li> </ul>
<b>AFAP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Geração de energia renovável;</li> <li>▪ Eficiência energética.</li> </ul>

Fonte: Elaboração ABDE com base nas informações fornecidas pelas instituições

### 3. Ciência, tecnologia e inovação

Ao longo dos séculos, a região amazônica teve dificuldade em promover um processo de desenvolvimento duradouro e permanente. Foram diversos os ciclos econômicos existentes na região e, quase sempre, apoiados na extração direta das riquezas naturais. No século XX, políticas de desenvolvimento regionais tiveram importante papel no desenvolvimento econômico e social da região da Amazônia Legal.

Contudo, as transformações na estrutura produtiva e tecnológica se aceleram em uma economia que debate a indústria 4.0, mas que acompanha os recentes investimentos na tecnologia 5.0. Dessa forma, para alavancar um ecossistema de inovação, é necessário criar e fortalecer iniciativas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) que desenvolvam novos produtos e métodos e aprimorem cadeias de valor ligadas a preservação da floresta.

Tais iniciativas buscam o desenvolvimento de novas tecnologias e agregação de valor nas cadeias produtivas já existentes na região amazônica, por exemplo: biofármacos, biocombustíveis, entre outros. Além do impacto econômico, o investimento em CT&I também tem a capacidade de gerar impactos positivos para a redução de desigualdades intrarregionais.

Assim sendo, o Sistema Nacional de Fomento possui papel central nessa agenda, por meio da combinação de instrumentos financeiros e a possibilidade de uma atuação conjunta das IFDs associadas para alavancar a implementação de ecossistemas de inovação e fortalecimento das cadeias locais.

Também seria possível utilizar a rede de atores presentes na região para estimular a criação e a ampliação de novos “laboratórios da floresta”, aliando conhecimentos tradicionais locais, dados científicos e aparato tecnológico. Portanto, o eixo estratégico de ciência, tecnologia e inovação busca encontrar as principais competências de CT&I da região amazônica e fomentar projetos inovadores e de impacto.

Atualmente, 6 (seis) instituições financeiras de desenvolvimento atuantes na região da Amazônia Legal financiam projetos do eixo estratégico *Ciência, tecnologia e Inovação*. A seguir, o Quadro 8 apresenta os setores que associadas da ABDE na região da Amazônia Legal disponibilizam recursos.

**QUADRO 8 – QUADRO-RESUMO DOS SETORES FINANCIADOS NO EIXO ESTRATÉGICO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Associadas ABDE	Setores
<b>Afeam</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MPMEs (Inovacred)</li> </ul>
<b>Basa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MPMEs;</li> <li>Incubadoras em instituições públicas de pesquisa.</li> </ul>
<b>BNB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MPMEs (FNE);</li> <li>FUNDECI (Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação).</li> </ul>
<b>Fomento TO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MPMEs (Inovacred)</li> </ul>
<b>Banpará</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bioeconomia;</li> <li>MPMEs (Inovacred)</li> </ul>

Fonte: Elaboração ABDE com base nas informações fornecidas pelas instituições

#### 4. Soluções de financiamento

Os recursos financeiros para financiamento são fundamentais para o sucesso da atuação do SNF na agenda da Aliança pelo Financiamento da Amazônia. Assim, é importante que as associadas tenham acesso a novas fontes de recursos e que possam se integrar com o BNDES e a Finep para que essas instituições consigam contribuir com o financiamento, por exemplo, às micro e pequenas empresas.

Nesse sentido, a diversificação pode envolver o acesso a recursos não reembolsáveis para ações prioritárias, incentivo a novas formas de captação e de financiamento, mobilização de recursos junto ao setor privado nacional e internacional e viabilização de investimentos privados.

Além disso, para a expansão do *funding* é importante a ampliação da captação de recursos de fundos e bancos internacionais e multilaterais. Para isso, é fundamental aumentar e aprofundar o conhecimento e acesso do Sistema, sobretudo das agências de fomento a esses fundos e bancos internacionais.

## VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das seções anteriores, o Raio X das Instituições Financeiras de Desenvolvimento da região da Amazônia Legal apresentou um conjunto relevante de informações, com vistas a pautar a construção de iniciativas a serem implementadas pela ABDE e as associadas presentes na Amazônia Legal visando o desenvolvimento sustentável da região. Os dados ressaltam as características da população, os números do mercado de crédito regional e os principais setores financiados, com foco na atuação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento, e como as IFDs da Amazônia Legal se inserem nas missões do Plano ABDE 2030 e na Aliança pelo Financiamento da Amazônia.

A atuação do SNF apoia o crescimento econômico local, especialmente pelo seu papel no financiamento às micro e pequenas empresas. As MPMEs possuem barreiras de acesso ao financiamento que prejudicam o seu desenvolvimento, ganhos de produtividade, capacidade de geração de renda e empregabilidade. Como destacado na seção das IFDs subordinadas aos estados do Nordeste, mais de 88% do crédito dessas instituições é destinado às MPMEs, o que reforça a necessidade do fortalecimento dessas instituições para reduzir os gargalos de financiamento às empresas e economia local e impulsionar o crescimento sustentável na região.

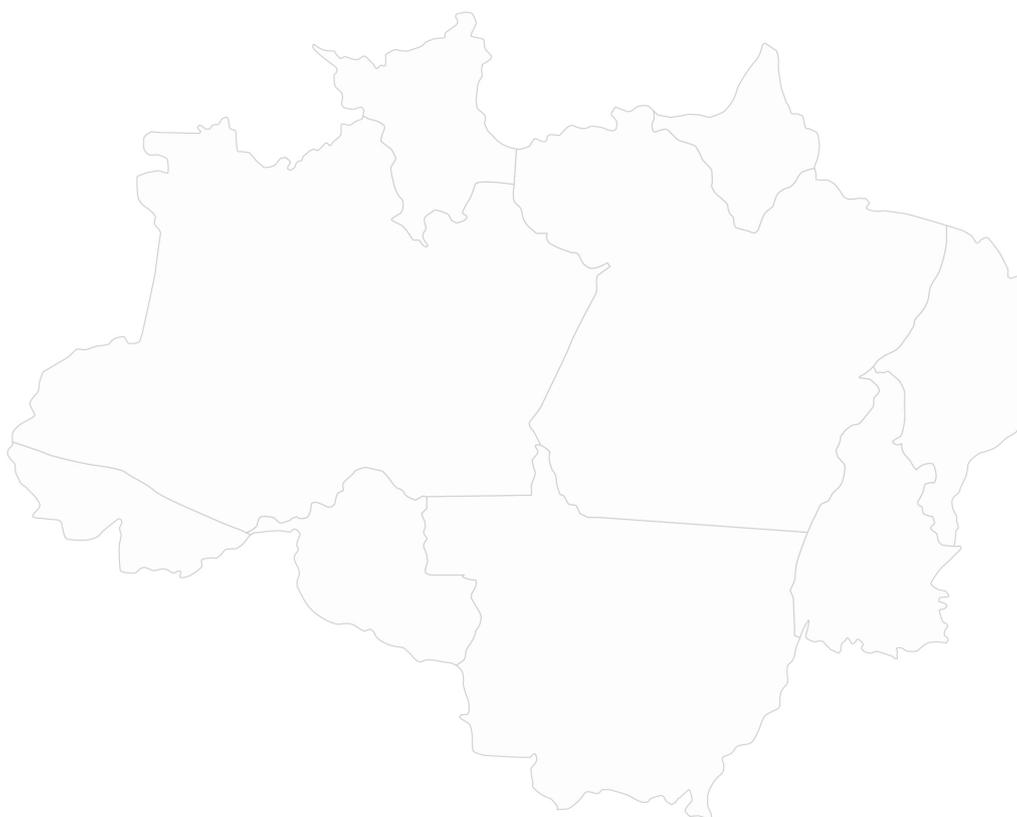
Outro ponto chave depreendido desse *Raio X* é a importância do SNF no financiamento a municípios. O SNF é responsável por quase 100% dos financiamentos aos municípios na região da Amazônia Legal, contudo, nenhuma agência de fomento está entre os credores. Hoje, apenas o BNDES e o BB financiam os municípios da região. Nesse sentido, pode ser interessante avaliar a possibilidade de contribuição das agências de fomento para o desenvolvimento regional por meio do financiamento a entes públicos da região.

Nota-se, ainda, a partir das informações apresentadas, o aumento acentuado do crédito para a região durante a crise da Covid-19. As IFDs são atores fundamentais do esforço anticíclico de recuperação dos efeitos da pandemia no tecido econômico e social brasileiro, pois são menos avessas ao risco que as instituições privadas do Sistema Financeiro. O aumento imediato do saldo de crédito após a eclosão da crise é um dos principais indicadores dessa atuação. Sendo assim, o reforço dos instrumentos das IFDs para atuarem de forma contracíclica é um tema de destaque na promoção de uma recuperação sustentável da região e da resiliência dos estados da Amazônia Legal.

Por fim, as missões do Plano ABDE 2030 e os temas de fortalecimento do SNF são fundamentais para o aprofundamento e construção de políticas públicas efetivas nos estados da região da Amazônia Legal, assim como a iniciativa Aliança pelo Financiamento da Amazônia. As missões Futuro digital, inteligente e inclusivo, Ecossistema de inovação em bioeconomia

e para a Amazônia, Agronegócio engajado, Infraestrutura e cidades sustentáveis e Saúde como motor do desenvolvimento, representam estratégias fundamentais para alavancar o desenvolvimento sustentável, inclusivo e inovador na região.

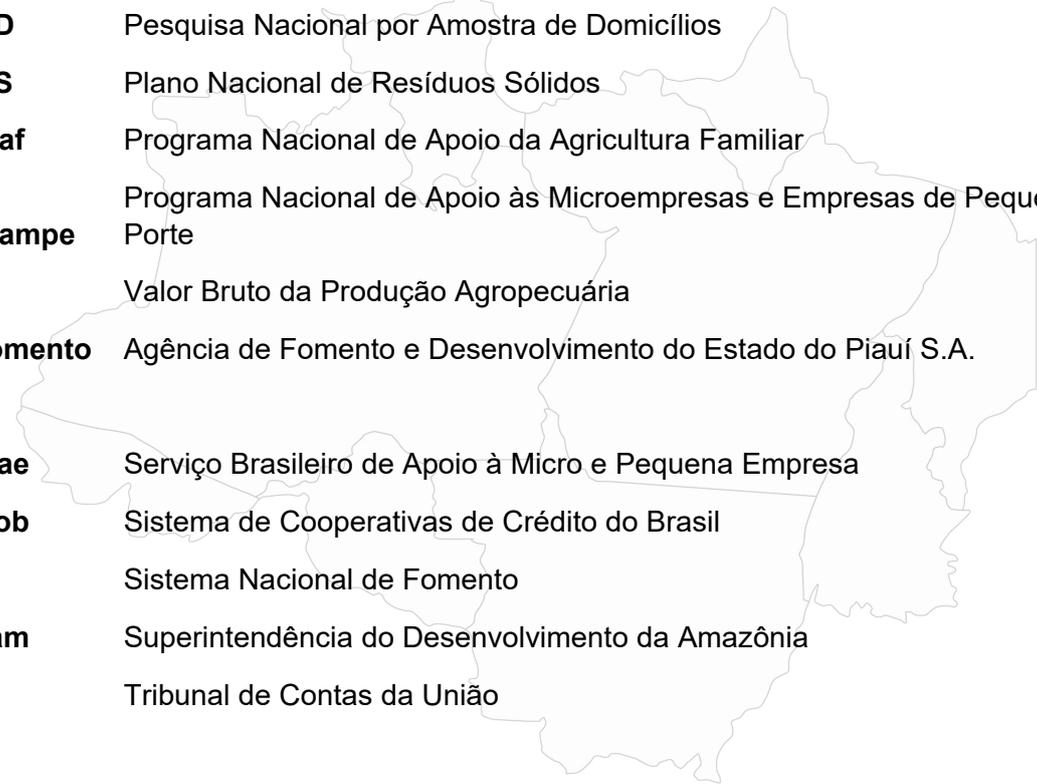
O Sistema Nacional de Fomento já possui exemplos importantes de linhas, produtos e financiamentos a projetos nessas missões, sendo fundamental, portanto, aperfeiçoar, replicar e dar escala a essas ações. Nesse sentido, a atuação da ABDE e o esforço conjunto das instituições associadas apresenta um grande potencial para elevar a contribuição do SNF nas transformações necessárias para o cumprimento da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e, mais especificamente, na região da Amazônia Legal.



## V. SIGLAS E ABREVIações



<b>ABDE</b>	Associação Brasileira de Desenvolvimento
<b>BCB</b>	Banco Central do Brasil
<b>ABDIB</b>	Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
<b>ACT</b>	Acordo de Cooperação Técnica
<b>AF</b>	Agência de Fomento
<b>AIR</b>	Aglomeraciones Industrial Relevante
<b>Basa</b>	Banco da Amazônia S.A.
<b>BB</b>	Banco do Brasil
<b>BD</b>	Banco de Desenvolvimento
<b>BNB</b>	Banco do Nordeste S.A.
<b>BNDES</b>	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
<b>BRB</b>	Banco de Brasília S.A.
<b>BRDE</b>	Banco Regional do Extremo Sul
<b>Cresol</b>	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
<b>DAP</b>	Declaração de Aptidão ao Pronaf
<b>DATASUS</b>	O Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
<b>DesenBahia</b>	Agência de Fomento do Estado da Bahia
<b>Desenvolve AL</b>	Agência de Fomento de Alagoas S.A.
<b>EMBRAPII</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
<b>FAT</b>	Fundo de Amparo ao Trabalhador
<b>FGO</b>	Fundo de Garantia de Operações
<b>Finame</b>	Agência Especial de Financiamento Industrial
<b>FINEP</b>	Financiadora de Estudos e Projetos
<b>FNE</b>	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
<b>Hubine</b>	Hub de Inovação do Banco do Nordeste
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo
<b>IF</b>	Instituições de Fomento
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>ISLU</b>	Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana



<b>MATOPIBA</b>	Um acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.
<b>NE</b>	Nordeste
<b>ODS</b>	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>P&amp;D</b>	Pesquisa e Desenvolvimento
<b>P&amp;D&amp;I</b>	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
<b>PF</b>	Pessoa Física
<b>PJ</b>	Pessoa Jurídica
<b>PME</b>	Pequenas e Médias Empresas
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNRS</b>	Plano Nacional de Resíduos Sólidos
<b>Pronaf</b>	Programa Nacional de Apoio da Agricultura Familiar
<b>Pronampe</b>	Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
<b>VBP</b>	Valor Bruto da Produção Agropecuária
<b>PI Fomento</b>	Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.
<b>Sebrae</b>	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
<b>Sicoob</b>	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
<b>SNF</b>	Sistema Nacional de Fomento
<b>Sudam</b>	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União

## VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFAP. **Amapá Solar**. Agência de Fomento do Amapá. Disponível em: <https://afap.ap.gov.br/credito.php?id=24>. Acesso em: 07 de out. de 2022.

BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual – 2021**. Banco do Brasil. Brasília, 2022.

BANCO DO BRASIL - <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/DirAgro.pdf>

BANPARÁ. **Relatório de Sustentabilidade – 2020**. Banco do Estado do Pará. Belém, 2021.

BASA. **FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte: Relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos (2020)**. Banco da Amazônia. Disponível em: [https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/fundos-constitucionais-de-financiamento-fno-fne-e-fco/fundo-constitucional-de-financiamento-do-norte-fno/Relatorio\\_Atividades\\_FNO\\_2020.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/fundos-constitucionais-de-financiamento-fno-fne-e-fco/fundo-constitucional-de-financiamento-do-norte-fno/Relatorio_Atividades_FNO_2020.pdf). Acesso em: 04 de out. de 2022.

BASA. **Nossa História**. Banco da Amazônia. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/relacoes-com-investidores/sobre-o-banco/nossa-historia>. Acesso em: 03 de out. de 2022.

BASA. **Relatório de Administração – Exercício 2021**. Banco da Amazônia, 2021.

BCB. IF.data - Dados conglomerados financeiros e instituições independente. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/>. Acesso em: 07 de out. de 2022.

BCB. **Relatório de Cidadania Financeira**. Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio\\_de\\_Cidadania\\_Financeira\\_2021.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf). Acesso em: 02 de abr. de 2023.

BCB. **SCR.data - Painel de Operações de Crédito**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/scrdata>. Acesso em: 02 de abr. de 2023.

BCB. Panorama do sistema nacional de crédito cooperativo. Disponível em: <https://www.cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2020/07/2019-Panorama-do-SNCC.pdf>. Acesso em 19 de abr. de 2023)

BNDES. **Catálogo completo de soluções financeiras**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador#!/>. Acesso em: 15 de set. de 2022.

BNDES. **Fundo Amazônia: Relatório de Atividades - 2021**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Departamento de Comunicação do Gabinete da Presidência, 2022.

BNDES – **Informações sobre o Fundo Amazônia**. Disponível em: [https://www.fundo-amazonia.gov.br/export/sites/default/pt.galleries/documentos/rafa/RAFA\\_2021\\_port.pdf](https://www.fundo-amazonia.gov.br/export/sites/default/pt.galleries/documentos/rafa/RAFA_2021_port.pdf)

BRASIL. **Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007**. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp124.htm). Acesso em: 29 de ago. de 2022.

BRASIL. **Lei Nº 7.827, de 27 de setembro de 1989**. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIL\\_03/LEIS/L7827.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIL_03/LEIS/L7827.htm). Acesso em: 04 de out. de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Amazônia Legal – Acesso ao produto**. Base de dados e tabelas. Municípios da Amazônia Legal - XLSX. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 29 de ago. de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Censo 2022 <https://censo2022.ibge.gov.br/pt/component/content/article/2012-agencia-de-noticias/noticias/35954-brasil-tem-207-8-milhoes-de-habitantes-mostra-previa-do-censo-2022.html>, Acesso em 16/6/2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Amazônia Legal – O que é**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 29 de ago. de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com Data de Referência em 1º de julho de 2021**. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2021/POP2021\\_20220711.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20220711.pdf). Acesso em: 30 de ago. de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa da Amazônia Legal**. Publicado em 2021. Disponível em: [https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/estrutura\\_territorial/amazonia\\_legal/2021/Mapa\\_da\\_Amazonia\\_Legal\\_2021.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2021/Mapa_da_Amazonia_Legal_2021.pdf).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios – Downloads**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: 23 de ago. de 2022.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA) – **Análise do mercado de trabalho**. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4231/19/bmt\\_58\\_analise.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4231/19/bmt_58_analise.pdf), Acesso em 15/06/2023

SICOOB. **Relatório de Sustentabilidade 2021**. Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. Disponível em: [https://www.sicoob.com.br/documents/20128/130978011/Rel\\_Sust\\_Sicoob\\_2021\\_homologado.pdf/16c15436-6745-a6af-6291-81f67b3f1a79?t=1662758034471](https://www.sicoob.com.br/documents/20128/130978011/Rel_Sust_Sicoob_2021_homologado.pdf/16c15436-6745-a6af-6291-81f67b3f1a79?t=1662758034471). Acesso em: 04 de out. de 2022.

SICREDI. **Relatório de Sustentabilidade 2021**. Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. Porto Alegre, mar. de 2022. Disponível em: [https://www.sicredi.com.br/media/produtos/filer\\_public/2022/04/26/relatorio\\_sustentabilidade\\_sicredi\\_2021\\_260422.pdf](https://www.sicredi.com.br/media/produtos/filer_public/2022/04/26/relatorio_sustentabilidade_sicredi_2021_260422.pdf). Acesso em: 05 de out. de 2022.

SCHUTZE, A; HOLZ, R; ASSUNÇÃO, J. **A Atuação do BNDES na Amazônia Legal**. Amazônia 2030. Climate Policy Initiative. PUC-Rio, jun. de 2022. 27 p.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA): 2020-20123**. 1ª ed. amp. Belém: SUDAM, 2020. 235 p.

**Esse boletim é produzido pela  
Gerência de Sustentabilidade e  
Economia da Associação  
Brasileira de Desenvolvimento.**

Telefone: (61) 99801-0565

Email: [gesec@abde.org.br](mailto:gesec@abde.org.br)

[www.abde.org.br](http://www.abde.org.br)

### **Equipe GESEC**

Kesia Braga (Gerente)

Camila Leotti (Técnica)

Henrique Schmidt (Técnica)

Sofia Correa (Técnica)

Gabriel Afonso (Estagiário)

Mateus Gonzales (Estagiário)

### **Edição e diagramação**

Thais Sena (Gerente)

Weslei Valadares (Analista)

Sede: SCN – Qd. 2 - Lote D, Torre A, Salas 431 a 434

Centro Empresarial Liberty Mall - Brasília - DF - CEP 70712-903

Telefone: (61) 2109.6500

E-mail: [abde@abde.org.br](mailto:abde@abde.org.br)

Escritório operacional: Rua da Assembleia, 10, sala 3506 Centro -  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011-901

### **ASSEMBLEIA DE ASSOCIADOS**

Presidente: Aloizio Mercadante

### **DIRETORIA**

Presidente: Celso Pansera

1º Vice-Presidente: José Luis Gordon

2º Vice-Presidente: Heraldo Alves das Neves

Diretores: Euler Antônio Luz Mathias, Cledir Assisio Magri, Wilson Bley Lipski, Daniel de Castro Borges, Marcelo Barbosa Saintive, Márcia Faria Maia e Ruth Pimentel Mello.

Secretária-Executiva Interina: Cristiane Viturino Novo Vaz



**SIGA A  
ABDE NAS  
MÍDIAS DIGITAIS**



[/company/abde](https://www.linkedin.com/company/abde)



[@abdeoficial](https://www.facebook.com/abdeoficial)



[ABDEoficial](https://www.youtube.com/ABDEoficial)



**AFAP** – Agência de Fomento do Estado do Amapá S.A.  
**AFEAM** – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.  
**AGE** – Agência de Empreendedorismo de Pernambuco  
**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**AGERIO** – Agência Estadual de Fomento  
**AGN** – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.  
**BADESC** – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.  
**BADESUL** – Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento  
**BANCO DA AMAZÔNIA**  
**BANCO SICREDI**  
**SICOOB** – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil  
**BANDES** – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.  
**BANESE** – Banco do Estado de Sergipe  
**BANESTES** – Banco do Estado do Espírito Santo S.A.  
**BANPARÁ** – Banco do Estado do Pará S.A.  
**BANRISUL** – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.  
**BB** – Banco do Brasil S.A.  
**BDMG** – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.  
**BNB** – Banco do Nordeste S.A.  
**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
**BRDE** – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul  
**BRB** – Banco de Brasília  
**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**CRESOL** - Cresol Confederação  
**DESENBÁHIA** – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.  
**DESENVOLVE** – Agência de Fomento de Alagoas S.A.  
**DESENVOLVE MT** – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.  
**DESENVOLVE RR** – Agência de Desenvolvimento de Roraima S.A.  
**DESENVOLVE SP** – Agência de Desenvolvimento Paulista  
**FINEP** – Inovação e Pesquisa  
**FOMENTO PARANÁ** – Agência de Fomento do Paraná S.A.  
**GOIÁSFOMENTO** – Agência de Fomento de Goiás S.A.  
**PIAUI FOMENTO** – Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.  
**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas